Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 9

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
Quando cai o 13º salário em 2026? Veja prazos, valores e quem tem direito 3

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
Envelhecimento populacional pressiona previdência e aumenta desafio fiscal do Brasil 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Paraguai terá de recompor fundo garantidor após ueno 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lula foca em Desenrola, bets e "big techs" até dezembro 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Mercado já se prepara para Selic em 13,75% por todo o ano de 2027 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lula aposta em reeleição de Alcolumbre diante de protagonismo da direita no Senado 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Novo Senado, a partir de 2027, pressiona por reforma do Judiciário 15

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
'Imposto do pecado': taxistas, autistas e PCDs não pagam taxa em carro zero km; veja categorias isentas 17

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Quais são os carros que devem escapar do Imposto Seletivo em 2027 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Ajuste fiscal não é sinônimo de desmonte de rede de proteção social, dizem especialistas 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
Pronunciamento com críticas a bets e defesa das reformas política e do Judiciário 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
A busca por rigor fiscal sem fechar o cofre 24

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Impeachment de secretários de Trump ganha força nos EUA 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
"Todo mundo quer ter retorno, mas precisamos considerar o risco" 27

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Alíquota de referência: o raio-X da tributação sobre o consumo 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Sistema financeiro vai ficar mais sólido depois do caso Master, diz Renato Gomes 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Cresce expectativa de que Fed voltará a subir os juros 35

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA
Desembolso de crédito rural cai o 26% no 1 quadrimestre da safra 37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA
Equilíbrio fiscal vai nortear apoio do PSD a Lula 4, diz Kassab 38

Quando cai o 13º salário em 2026? Veja prazos, valores e quem tem direito

Por Redação g1 - São Paulo

O 13º salário é um benefício garantido por lei aos trabalhadores com carteira assinada e costuma ser pago em duas parcelas.

Em 2026, a primeira deve ser depositada até 30 de novembro, e a segunda, até 18 de dezembro, já que o dia 20 cai em um domingo.

Neste ano, trabalhadores que ganham até R$ 5 mil por mês terão isenção do Imposto de Renda, enquanto quem recebe acima desse valor poderá ter redução no desconto, conforme as regras aplicáveis.

O valor do benefício depende do salário bruto e do tempo trabalhado ao longo do ano.

Novembro mal começou, e os trabalhadores com carteira assinada já estão de olho no pagamento do 13º salário. Considerado um "salário extra", o benefício é garantido por lei e costuma ser pago em duas parcelas, com prazos definidos.

A primeira parcela deve ser depositada até 30 de novembro, que cai em uma segunda-feira. Já a segunda parcela tem prazo até 20 de dezembro e inclui os descontos obrigatórios.

??? Tem alguma sugestão de reportagem? Mande para o g1

Neste ano, porém, a segunda parcela do 13º salário deve ser paga até 18 de dezembro, já que o prazo legal de 20 de dezembro cai em um domingo.

O pagamento também terá mudanças na tributação do Imposto de Renda. Trabalhadores que recebem até R$ 5 mil por mês terão isenção do imposto. Já aqueles com rendimentos acima desse valor poderão ter uma redução no desconto, conforme a faixa salarial e as regras aplicáveis.(entenda como funciona)

O valor total pago depende do salário bruto do empregado e do tempo trabalhado ao longo do ano, o que costuma gerar dúvidas entre os trabalhadores.

Pensando nisso, o g1 reuniu as principais dúvidas sobre o tema e responde abaixo:

Quem tem direito ao 13º salário?Qual é o tempo mínimo de registro para ter direito ao 13º?Como é feito o cálculo do 13º salário?Como funciona o 13º proporcional para quem foi demitido ou pediu demissão?Quais são os prazos legais para o pagamento do 13º?O empregador pode antecipar ou parcelar o 13º de outras formas?Estagiários, trabalhadores temporários e autônomos têm direito ao 13º?E se a empresa atrasar o pagamento?

1. Quem tem direito ao 13º salário?

Todo trabalhador contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem direito ao 13º salário. Isso inclui empregados domésticos, rurais, urbanos e avulsos.

Além dos trabalhadores da iniciativa privada, aposentados e pensionistas do **INSS** também recebem o benefício, conforme previsto na legislação brasileira.

O advogado trabalhista Luís Gustavo Nicoli explica que o direito é garantido mesmo para quem não completou um ano na empresa.

O pagamento é proporcional ao tempo trabalhado. Ou seja, mesmo que o funcionário tenha sido contratado em julho, ele ainda receberá o valor referente aos meses em que esteve na empresa , afirma.

2. Qual é o tempo mínimo de registro para ter direito ao 13º?

Para que um mês seja incluído no cálculo do 13º salário, o trabalhador precisa ter trabalhado pelo menos 15 dias naquele período. Ou seja, não é necessário ter trabalhado o mês inteiro para que ele entre na conta.

Cada mês com mais de 15 dias de trabalho conta como um mês integral para o cálculo do 13º. Se o empregado trabalhou menos de 15 dias em um determinado mês, aquele período não será considerado no cálculo do benefício", explica Luís Gustavo.

3. Como é feito o cálculo do 13º salário?

O valor do 13º salário é proporcional ao tempo de serviço no ano. Para calcular, é preciso dividir o salário

bruto mensal por 12 (referente aos meses do ano) e multiplicar pelo número de meses trabalhados. O resultado é o valor total do benefício, que normalmente é pago em duas parcelas.

?? POR EXEMPLO: Se uma pessoa foi contratada em março por um salário bruto de R$ 7 mil, precisará dividir esse valor por 12. O resultado, de R$ 583,33, deve então ser multiplicado por nove (quantidade de meses trabalhados). Assim, o valor total a ser recebido por essa pessoa no 13º é de R$ 5.250.

Na base de cálculo entram o salário-base, adicionais como insalubridade, periculosidade e adicional noturno, além da média de horas extras e comissões.

Já benefícios eventuais ou indenizatórios, como vale-transporte ou auxílio-alimentação, não entram na conta.

A primeira parcela corresponde à metade do valor calculado, enquanto a segunda parcela vem com os descontos obrigatórios, como **INSS** e Imposto de Renda.

4. Como funciona o 13º proporcional para quem foi demitido ou pediu demissão?

Quem foi demitido sem justa causa tem direito ao 13º proporcional, calculado com base nos meses trabalhados no ano. O mesmo vale para quem pediu demissão voluntariamente: o benefício é pago de forma proporcional ao tempo de serviço.

No entanto, há uma exceção importante.

"O trabalhador que foi dispensado por justa causa perde o direito ao 13º salário", explica Nicoli. Por isso, é essencial entender o tipo de desligamento para saber se o benefício será pago ou não.

5. Quais são os prazos legais para o pagamento do 13º?

A primeira parcela do 13º salário deve ser paga até 30 de novembro, que cai em uma segunda-feira. Já a segunda parcela tem prazo até 20 de dezembro, mas, neste ano, a data cai em um domingo. Por isso, o pagamento deve ser antecipado para sexta-feira, 18 de dezembro, para respeitar o prazo legal.

Algumas empresas permitem a antecipação da primeira parcela - que, nesses casos, é paga junto com as férias do empregado -, desde que o pedido tenha sido feito até janeiro do mesmo ano. Essa antecipação é permitida por lei, mas o pagamento deve respeitar os prazos máximos estabelecidos.

6. O empregador pode antecipar ou parcelar o 13º de outras formas?

Sim, o empregador pode antecipar o pagamento do 13º salário, inclusive quitando o valor integral de uma só vez. No entanto, essa antecipação deve respeitar os prazos legais: até 30 de novembro para a primeira parcela e até 20 de dezembro para a segunda.

?? O que não é permitido, segundo a legislação trabalhista, é dividir o pagamento em mais de duas parcelas.

"A CLT e o Decreto 57.155/1965 estabelecem que o 13º deve ser pago em até duas vezes. Qualquer outra forma de parcelamento não está prevista na lei", esclarece Nicoli.

7. Estagiários, trabalhadores temporários e autônomos têm direito ao 13º?

Estagiários não têm direito ao 13º salário, pois o estágio é regido por uma legislação específica (Lei 11.788/2008) e não configura vínculo empregatício.

Autônomos e prestadores de serviço - como os que trabalham como pessoa jurídica, os chamados PJs - também não têm direito ao benefício.

Como não há relação de emprego, não se aplica a eles o pagamento do benefício , explica o advogado.

Por outro lado, trabalhadores temporários, contratados conforme a Lei 6.019/1974, têm direito ao 13º, pois há vínculo de emprego durante o período do contrato.

8. E se a empresa atrasar o pagamento?

O atraso no pagamento do 13º salário pode gerar multa para o empregador. O trabalhador que não receber o benefício dentro do prazo pode denunciar a empresa à Superintendência Regional do Trabalho, órgão responsável por fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas.

Por isso, é importante que as empresas se organizem para fazer os depósitos nas datas corretas.

Site: https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/11/09/quando-cai-o-13o-salario.ghtml

Envelhecimento populacional pressiona previdência e aumenta desafio fiscal do Brasil

Adicione como fonte preferencial no Google

Os gastos previdenciários representam metade das despesas obrigatórias do governo brasileiro. Embora não componham diretamente a dívida pública, pressionam seu crescimento ao concentrar parte significativa dos gastos primários e limitar a capacidade de gerar superávit primário.

Segundo especialistas, com o envelhecimento da população, o desafio do Brasil é adaptar a previdência para garantir seu financiamento sustentável sem atribuir exclusivamente aos benefícios sociais a responsabilidade pelo endividamento do país.

??Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que a população brasileira está envelhecendo em ritmo acelerado: entre 2012 e 2024, a parcela de pessoas com menos de 30 anos caiu de 49,9% para 41,9% do total, enquanto a de idosos (60 anos ou mais) subiu de 11,3% para 16,1%.

Dívida pública

Muito se compara a dívida pública do Brasil com a de outros países, como França e Estados Unidos, por exemplo, que possuem débitos superiores ao valor do **PIB** (Produto Interno Bruto) - a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país.

Entretanto, diferentemente de países desenvolvidos, o Brasil não conta com as mesmas condições de financiamento, como maior confiança dos investidores e mecanismos mais favoráveis de gestão da dívida. Ainda assim, o país já gasta com previdência em níveis comparáveis aos de nações mais envelhecidas, apesar de ter renda per capita menor.

Dados do Portal da Transparência mostram que as despesas com a **Previdência Social** representam 50% dos gastos. Na sequência, aparecem assistência social (13,55%), outros (11,83%) e saúde (10,58%).

Em setembro, a dívida bruta do governo geral alcançou R$ 11,1 trilhões , o que corresponde a 82,9% do **PIB**. No corte do governo federal, a dívida bateu aproximadamente R$ 9,4 trilhões.

Vale lembrar que, quando as receitas primárias forem menores do que as despesas primárias, surge déficit primário. Para cobrir essa diferença entre o que o governo gasta e o que arrecada, o Tesouro emite títulos e a dívida pública cresce.

?? As despesas obrigatórias representam cerca de 92% da despesa primária da União, mas não têm um percentual direto "dentro" da dívida pública . Elas pressionam o endividamento quando contribuem para déficits primários; a dívida também cresce fortemente por causa dos juros, que são outra despesa obrigatória, mas classificados fora do resultado primário.

Reforma previdenciária

Aprovada em 2019, a Reforma da Previdência alterou as regras de aposentadoria de trabalhadores do setor privado, servidores federais e militares. Seu objetivo declarado era conter o crescimento das despesas previdenciárias e reduzir a pressão sobre o déficit e a dívida pública.

Entre as mudanças, está o estabelecimento, como norma geral para as novas aposentadorias do **INSS**, idades mínimas de 62 anos para mulheres e 65 para homens, considerando as regras de transição e situações específicas.

Mesmo que tenha um peso importante nas contas públicas, a previdência não é a única responsável pela situação da dívida, que também depende da arrecadação, de outras despesas e dos juros.

Ainda assim,segundo Marcelo Gorvino, advogado especialista em direito previdenciário, as mudanças provocadas pela reforma já produziram efeitos sobre as contas públicas.

"Essas mudanças contribuíram para conter o ritmo de crescimento das despesas previdenciárias em relação ao que seria esperado sem a reforma. A população brasileira está envelhecendo, as pessoas estão vivendo mais e, consequentemente, o sistema previdenciário precisa garantir o pagamento de

benefícios por períodos cada vez maiores", avalia Gorvino.

"O equilíbrio das contas exige uma combinação de responsabilidade fiscal, estímulo ao emprego formal, ampliação da base de contribuintes e melhoria da arrecadação, sem perder de vista a função de proteção social desses benefícios", acrescenta o advogado previdenciário Getúlio Immich.

Dívida pública pelo mundo

O fato de o Brasil destinar uma parcela à previdência comparável à de países com populações mais envelhecidas não pode ser explicado apenas pela transição demográfica, segundo o cientista político e doutorando em relações internacionais José Paulo Ferreira.

Ele aponta que fatores como aposentadorias em idades precoces, pensões por morte, vinculação dos benefícios ao salário mínimo, regimes especiais e informalidade reduzem a arrecadação previdenciária.

"O principal regime do **INSS** funciona pela lógica de repartição: as contribuições de quem trabalha hoje ajudam a pagar os benefícios de quem já se aposentou. Com menos nascimentos e mais pessoas vivendo por mais tempo, tende a crescer a quantidade de beneficiários em relação à população em idade de trabalhar. Isso pressiona o financiamento do sistema, sobretudo se o mercado de trabalho não gerar empregos formais suficientes", explica o advogado Getúlio Immich.

O envelhecimento populacional, contudo, não deve ser encarado como um problema, mas como uma conquista. Assim, o desafio central do Brasil, na avaliação de Immich, é adaptar a previdência a essa nova realidade por meio de planejamento de longo prazo, emprego formal, produtividade e financiamento sustentável, preservando a aposentadoria como um direito efetivamente acessível.

O caso francês e o debate no Brasil

Tensões políticas e sociais provocam uma onda de manifestações na França desde setembro. O aumento do custo de vida, problemas na infraestrutura e cortes no orçamento estão entre as principais queixas da população. E, assim como no Brasil, os gastos previdenciários representam uma das maiores despesas do Estado francês.

A insatisfação popular se intensificou com o anúncio de congelamentos de verbas e a deterioração de serviços essenciais, sobretudo na área da educação. Nesse cenário, a previdência entrou no centro do debate fiscal, diante da necessidade de o governo reduzir o déficit e conter o avanço da dívida pública.

"Como a previdência concentra uma parcela significativa das despesas estatais, o setor se tornou um dos principais alvos de reformas que enfrentam forte resistência popular", explica o cientista político José Paulo Ferreira.

O caso francês mostra o custo político de propor reformas sem a construção de consenso. Ferreira pontua que, no Brasil, a discussão que tende a voltar ao centro da pauta envolve a vinculação do salário mínimo aos benefícios, ao BPC, aos regimes especiais e às regras estaduais e municipais.

Busque no R7

Site: https://noticias.r7.com/brasilia/envelhecimento-populacional-pressiona-previdencia-e-aumenta-desafio-fiscal-do-brasil-09112026/

Paraguai terá de recompor fundo garantidor após ueno

Quase uma semana após o Banco Central do Paraguai (BCP) decretar a liquidação do ueno bank, maior fintech do país, o setor financeiro e as autoridades ainda têm como foco absoluto garantir o pagamento aos clientes que têm direito de serem ressarcidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos (FGD). Entretanto, logo em seguida eles terão de discutir como recompor esse fundo, que, parecido com o que aconteceu com o FGC em função do caso Master, deve ter metade do seu caixa consumido.

O patrimônio do FGD é de cerca de US$ 1,6 bilhão. A indústria paraguaia ainda está determinando quanto será pago aos depositantes e, mais do que isso, quanto valem os ativos no balanço do ueno. Ainda assim, a presidente interina do BCP, Liana Caballero, estima que os pagamentos podem consumir US$ 928 milhões, ou seja, quase 58% do caixa do fundo. Quando o FGD foi criado, em 2003, ficou estabelecido que os bancos pagariam uma contribuição trimestral de 0,12% sobre os depósitos. A questão é que não existem regras sobre como recompor o fundo quando o resgate de poupadores consome boa parte do seu caixa.

O setor bancário diz que a questão mais urgente agora é pagar os poupadores - governo e Congresso aprovaram novas regras nos últimos dias para acelerar esses pagamentos - e que a recomposição do FGD ainda não entrou no debate. Ainda assim, algumas entidades já estão começando a sugerir publicamente algumas propostas. A Central Unitaria de Trabajadores - Auténtica (CUT-A) propôs avaliar mecanismos para que os bancos façam aportes extraordinários sobre seus lucros. Por outro lado, a Associação Rural do Paraguai (ARP) manifestou oposição à proposta de ampliar excepcionalmente a cobertura do FGD para devolver a totalidade dos recursos públicos depositados no ueno.

Enquanto isso, a sociedade paraguaia ainda tenta entender a ascensão meteórica e a posterior quebra do ueno. Foi em uma pequena lojinha da família Vázquez no Mercado 4, tradicional centro comercial da capital paraguaia, que surgiu uma operação de crédito para os clientes, batizada de Credicentro. Ao longo de décadas o grupo foi crescendo e se expandindo para outras áreas, mas o salto no segmento financeiro ganhou força quando Santiago Peña entrou como sócio da unidade, em 2019. Em abril de 2021, o grupo comprou a Financiera El Comercio e adotou o nome ueno.

Quando Peña assumiu a presidência do Paraguai, em 2023, indicou para comandar o BCP Carlos Carvallo Spalding, que havia sido presidente da própria financeira ueno. O banco central aprovou a transformação da financeira em banco poucos meses depois, em novembro daquele ano.

A proximidade do grupo com o governo também gera questionamentos sobre os grandes volumes de recursos públicos depositados na fintech. O próprio grupo, em uma carta aberta de setembro, tentou argumentar que esses depósitos não eram importantes. "Em junho de 2026, o ueno bank contava com aproximadamente US$ 2,8 bilhões em depósitos. Desse montante, cerca de US$ 2 bilhões - ou 71% - eram provenientes do setor privado", dizia. Ou seja, os 29% restantes vinham do setor público.

Aproximadamente US$ 295 milhões correspondiam a depósitos a prazo do Instituto de **Previdência Social** (IPS), enquanto cerca de US$ 532 milhões eram de outras instituições públicas.

Outro ponto relevante na história do grupo foi em 2024, quando o ueno comprou o Visión, que tinha uma base de depósitos quatro vezes maior e uma rede de agências físicas. Há relatos de que o Visión tinha uma grande carteira problemática, que já estava na mira do BCP. Em dezembro de 2025, o ueno atraiu um investimento do grupo húngaro OTP e, em março deste ano, levantou US$ 350 milhões, na maior emissão de bônus já feita por uma instituição financeira paraguaia.

Esses fatores começaram a gerar questionamentos na indústria e também no mundo político e o BCP iniciou uma investigação sobre empréstimos do ueno a empresas vinculadas. Quando esses ativos foram revistos, a liquidez do ueno caiu para menos da metade regulatória mínina.

"Através de favorecimento impulsionado pelo governo, o ueno conseguiu captar muitos recursos públicos, o que proporcionou um crescimento muito acelerado do banco nos últimos três ou quatro anos", diz uma fonte com conhecimento do setor bancário paraguaio. Outro executivo é mais cauteloso e afirma ser preciso

esperar que as suspeitas de irregularidades sejam avaliadas pela Justiça. "Tem algumas semelhanças com o Master, como os depósitos de institutos de previdência e o alto retorno oferecido nos CDBs, mas o ueno focava mais na baixa renda, se orgulhava de ter bancarizado milhões de clientes." Esse executivo aponta ainda que, apesar da proximidade do ueno com o governo, o BCP decidiu liquidar o banco e Peña teve de renunciar à Presidência. "Isso mostra que as instituições estão funcionando."

Lula foca em Desenrola, bets e "big techs" até dezembro

Sofia Aguiar, Lucas Borges Teixeira e Beatriz Roscoe

Governo avalia espaço para aprovar indicações a agências reguladoras e ao STF

Da página A1 Na tentativa de aproveitar a atual composição do Congresso Nacional, antes que a maioria conservadora prevista para 2027 altere a correlação de forças, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu uma pauta restrita que pretende aprovar até o fim do ano. Com menos de dois meses até o recesso, a articulação política do Palácio do Planalto trabalha com a perspectiva de concentrar esforços em torno de três propostas que considera mais negociáveis: a medida provisória (MP) que proíbe as bets no país, a MP que institui a terceira fase do programa Desenrola Brasil e o projeto de lei (PL) de regulação concorrencial de big techs. Também entra nessa lista o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027.

Inicialmente, entre as prioridades do governo para este ano, também apareciam a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Tarifa Zero e o PL que institui o Marco Legal da Inteligência Artificial. Contudo, apesar de ambas as matérias serem consideradas importantes para o Executivo, inclusive tendo sido usadas como bandeiras na campanha à reeleição de Lula, uma ala do Planalto acredita ser difícil avançar dois temas considerados complexos.

A PEC da Tarifa Zero foi uma proposta encaminhada por Lula a quatro dias do segundo turno, na esteira de um "pacote de bondades" para conseguir virar o placar e derrotar o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro. O empecilho para o avanço da matéria no Legislativo neste ano se dá especialmente em torno das emendas parlamentares.

A proposta enviada prevê que a política de gratuidade no transporte público aos fins de semana e feriados seja financiada com recursos dos parlamentares e, portanto, é esperado um diálogo com lideranças e bancadas do Congresso. O texto do Executivo destina 26,8% - o equivalente a R$ 12 bilhões - das emendas impositivas ao financiamento da tarifa zero.

Há simpatia do Parlamento à proposta, desde que as soluções orçamentárias sejam discutidas. Isso porque os congressistas das duas Casas não estão dispostos a abrir mão dos recursos.

As emendas impositivas individuais e de bancada somam R$ 44,8 bilhões no Orçamento de 2027. Pela Constituição, ainda, 50% das emendas individuais devem ser obrigatoriamente destinados à saúde. Dessa forma, a discussão também está atrelada à aprovação do PLOA, que está prevista para ser votada apenas em 17 de dezembro. Assim, o governo não vê tempo hábil para chancelar a proposta ainda este ano.

Já o projeto que trata do Marco Legal da Inteligência Artificial conta com o interesse do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), em avançar com a matéria ainda este ano. Contudo, o relator do projeto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ainda não apresentou seu parecer, o que pode atrapalhar o calendário já apertado.

Fontes ligadas ao parlamentar avaliam que há dificuldade de aprovar o tema até fim de dezembro

e destacam o foco do Congresso em discutir a alíquota de referência da **reforma tributária** e o Imposto Seletivo.

A regulamentação da IA dialoga com o discurso de soberania nacional que Lula reforçou ao longo da campanha à reeleição, e, portanto, o Executivo gostaria de dar uma tração à sua aprovação até mês que vem. O PL em questão cria o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), responsável por supervisionar a implementação e o uso responsável de sistemas de IA no país. O SIA é coordenado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que terá atuação "residual" nas áreas em que não houver um regulador setorial. A matéria foi aprovada pelo Senado em dezembro de 2024, e segue agora em tramitação na Câmara.

Mesmo com tais ponderações, a orientação do governo é aprovar "tudo o que for possível" na atual legislatura, porque o cenário a partir do ano que vem será "pior". Mas, com o calendário apertado, os esforços serão para aprovar, ao menos, duas medidas anunciadas durante a campanha presidencial.

A MP que proíbe as bets ganhou importância na agenda do governo nos últimos meses em razão do crescimento do mercado e das preocupações

relacionadas ao endividamento de parte dos usuários. O assunto também ganha importância para o governo por se relacionar ao poder

aquisitivo das pessoas. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o consumo de alimentos aumentou nas casas após a medida, e o Executivo quer insistir no texto para colher mais resultados para a economia.

Paralelamente, a gestão petista quer focar no combate ao endividamento, uma das principais preocupações de Lula, e trabalha para garantir a aprovação do Desenrola Brasil 3.0, que prevê a aquisição e reestruturação de dívidas com atraso entre dois e quatro anos e meio. O foco é as dívidas de cartão de crédito, nas modalidades parcelada e rotativa, e de crédito pessoal sem consignação em folha de até R$ 10 mil. A estimativa é de até 15 milhões de pessoas beneficiadas com o texto.

Por fim, a importância da aprovação do projeto focado na regulação econômica e concorrencial das big techs também aparece como prioridade, já que ocorre em meio à disputa comercial entre Brasil e Estados Unidos. Isso porque o presidente americano, Donald Trump, já utilizou discussões sobre redes sociais no Brasil para justificar as sanções comerciais e políticas contra o país ao longo do último ano.

Relatado pelo deputado Aliel Machado (PV-PR), o parecer já está pronto. O deputado deve solicitar a inclusão na pauta na próxima reunião de líderes da Casa, com a expectativa de votação ainda em novembro.

Para além do avanço de projetos, o governo também avalia o espaço

para aprovar indicações a agências reguladoras e, até, ao Supremo Tribunal Federal (STF) neste ano. Como mostrou o Valor ,aintenção é encaminhar para apreciação do Senado nas próximas semanas um "pacote" com as indicações para as vagas já abertas nas agências para tentar aprová-las antes da mudança da composição da Casa Legislativa, que terá uma oposição com mais força. Atualmente, há 18 vagas a serem preenchidas.

Nos últimos anos, lideranças do Centrão têm tentado ampliar a influência nessas nomeações, no contexto da negociação com o governo para assegurar a governabilidade, o que gera preocupação nos setores regulados. Porém, a eleição deste ano levou à formação de um Senado majoritariamente de direita, e ao encolhimento do Centrão. Com 28 senadores, o PL, partido de Flávio, terá a maior bancada a partir do ano que vem, mais de três vezes a do PT, que ficou com nove, e a do MDB, com oito senadores. PP e Republicanos foram reduzidos a seis representantes cada

um, e PSD e União, com cinco parlamentares cada.

Apesar disso, internamente, o processo é visto como complexo pelo governo. Isso porque tais indicações envolvem questões políticas, como negociação com partidos, além de intermediações de interesses com setores. Segundo fontes, por conta desse processo político, a prioridade será a discussão envolvendo composição dos ministérios no governo Lula 4, em um primeiro momento, e, posteriormente, a avaliação dos nomes para as agências.

Do ponto de vista do Congresso, o foco e a prioridade dos parlamentares estão na discussão do Orçamento do ano que vem e nas articulações para as eleições das mesas diretoras, que acontecem em fevereiro. Com o calendário apertado, o debate sobre o Imposto Seletivo e a alíquota da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), o novo tributo federal brasileiro criado pela **reforma tributária**, também deve estar no centro das discussões.

O avanço das pautas prioritárias do governo no Parlamento ainda neste ano dependerá da capacidade de construção de acordos em cada matéria. Apesar disso, a atual cúpula do Legislativo concorda com a avaliação de que é necessário avançar com algumas dessas pautas antes que os deputados e senadores eleitos para a próxima legislatura tomem posse, diante do perfil mais conservador e de direita da nova composição.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Mercado já se prepara para Selic em 13,75% por todo o ano de 2027

"[O Copom] colocou uma barra muito elevada para novas altas de juros" Arthur Carvalho

O mau humor do mercado em relação ao governo segue em alta e continua a indicar que, diante da piora no cenário inflacionário, o espaço para redução da Selic tornou-se bastante limitado. Casas de peso na Faria Lima já projetam a manutenção da taxa básica em 13,75% ao longo de todo o ano de 2027, ao mesmo tempo em que o mercado de juros continua a precificar o risco de a Selic voltar à casa dos 15% no próximo ano.

A curva de juros embute aproximadamente uma alta de 0,25 ponto percentual na Selic até a reunião de janeiro e aumentos adicionais ao longo de 2027, levando a taxa implícita para cerca de 15% ao fim do ano que vem.

Nas projeções dos economistas, contudo, os cenários de elevação da Selic no ano que vem são raros. A hipótese que vem se consolidando, especialmente após a comunicação do BC na última reunião, é a de manutenção dos juros em 13,75% até o fim de 2027.

Entre as casas que não esperam cortes de juros estão a Ace Capital, o BTG Pactual, a Genoa, o Itaú, a Legacy, o Morgan Stanley, a Truxt Investimentos e a XP Investimentos.

As justificativas giram em torno de duas frentes. A primeira é a piora na perspectiva da trajetória do endividamento público do país, após a surpresa com a reeleição do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Há também uma percepção disseminada no mercado de deterioração do quadro inflacionário: para além da depreciação cambial, os economistas apontam uma série de fatores que podem pressionar a **inflação** em 2027. Entre eles estão os preços do petróleo, o El Niño, a **reforma tributária** e o fim da escala 6x1. A atualização da cesta e dos pesos do IPCA com base na POF 2024-2025 também pode elevar a **inflação** medida pelo índice, a depender da nova composição e da trajetória dos preços, apontam alguns economistas.

O economista-chefe da Truxt Investimentos, Arthur Carvalho, tem uma projeção de 6,5% para o IPCA no ano que vem, e, em um cenário mais adverso nos preços de alimentos e combustíveis, a **inflação** poderia alcançar 8% em 2027.

"Cortar os juros em um ambiente de **inflação** acelerando e expectativas desancorando não parece ser uma política monetária prudente. Isso o próprio BC mostrou em sua última decisão, quando decidiu interromper os cortes de juros", afirma o economista.

Em sua avaliação, o BC deveria retomar as altas de juros no ano que vem, ainda que o cenário projetado pela Truxt seja de manutenção. "Eles colocaram uma barra muito alta para novas altas de juros, chamando a Selic de "substancialmente contracionista". Vejo que essa projeção está equivocada. Com um cenário pior de **inflação** se materializando, vai ficar claro que o juro real, que é o que efetivamente importa para a economia, não será tão contracionista quanto o BC imagina. Quando reconhecerem isso, a discussão sobre alta de juros deve ser retomada", afirma.

No universo de instituições monitoradas pelo Valor, uma das únicas casas a projetar altas de juros para 2027 é a Oby Capital, com uma Selic de 14,50% no ano que vem. O sócio e gestor Camilo Cavalcanti afirma que o BC deveria ter

explicitado quais resultados espera observar ao qualificar a taxa como "substancialmente contracionista", em quanto tempo e quais desvios exigiriam uma mudança de estratégia. "Sem esses critérios, a expressão corre o risco de funcionar como uma conclusão protegida das evidências que deveriam testá-la. O compromisso com a meta exige mais do que afirmar que os juros estão altos. Exige mostrar por que estão suficientemente altos e por quanto tempo precisarão permanecer assim", argumenta.

Vale notar que as expectativas de altas de juros são limitadas, também, pela perspectiva de um **PIB** cada vez mais fraco em 2027. Nos últimos dias, as revisões de cenário que vêm sendo divulgadas apontam para um crescimento do **PIB** inferior a 0,5%, com algumas casas já projetando contração da atividade no ano que vem, caso da Genoa.

Sócio e economista da Legacy Capital, Leonardo de Paoli diz que

a estagflação em 2027 é o cenáriobase da casa. O nível elevado da Selic por tanto tempo deve reduzir

ainda mais o ritmo do consumo e apertar o investimento das empresas, levando a uma variação zero do **PIB**. Do lado da **inflação**, a influência de uma série de choques de natureza cambial, tributária e trabalhista, além do petróleo mais caro ao longo de 2026, fará o IPCA rodar entre 5,5% e 6%. Hoje, a projeção da casa é de **inflação** de 5,7% em 2027, mas com viés de alta.

Diante desse quadro, o Copom tende a manter a Selic parada em 13,75%, mas o grau de convicção nessa projeção é baixo, afirma Paoli. "Há uma incerteza sobre qual será a política econômica que o governo vai adotar daqui para a frente. Principalmente porque, neste ciclo eleitoral, as medidas anunciadas, se cumpridas, tendem a tornar o desafio de consolidação fiscal ainda maior", alerta.

Paoli também nota que, apesar da deterioração da **inflação**, o BC se mostrou sensível à desaceleração da atividade. "Parece um BC que precisa enxergar uma deterioração bem maior do que a que se observou desde o resultado do segundo turno para levá-lo a aumentar o grau de restrição da política monetária", diz o economista. "A atividade parece ter um peso significativo na função de reação. Salvo uma piora significativa do câmbio, ele tende a não se mover", conclui.

O economista da Legacy ressalta que, para além dos problemas fiscais e do ciclo econômico, o mercado está preocupado com as nomeações do governo para comandar

o Ministério da Fazenda e, em especial, para ocupar as cadeiras vagas da diretoria do BC. Para ele, a aproximação do Planalto com nomes ligados a visões econômicas heterodoxas e as discussões sobre a alteração da meta de **inflação** de 3% assustaram os agentes nas últimas semanas, levando-os a **temer** uma função de reação menos preocupada com a **inflação** por parte do BC.

"Essa é uma preocupação que o mercado tem. Os nomes que o presidente vai indicar para o BC podem ser até mais relevantes para o mercado que o nome para o Ministério da Fazenda", avalia. Entre os nomes cogitados, o do economista André Roncaglia, atual representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), causou apreensão entre os participantes do mercado. Ainda, ele acredita que retomar o ciclo de cortes seria um desafio mesmo se houver a promessa de um ajuste fiscal crível pelo lado das despesas, uma vez que o mercado cobrará a "efetiva execução" dessas medidas, o que demandaria algum tempo. "É claro que haveria uma descompressão relevante dos prêmios de risco, principalmente porque a barra para surpresas positivas da parte do governo é muito baixa", acrescenta.

Por sua vez, a XP Investimentos nota que a taxa de câmbio será fundamental para a trajetória da Selic no ano que vem. "O Copom poderá retomar o ciclo de flexibilização monetária caso os ativos financeiros se estabilizem e o cenário de **inflação** melhore. Ou elevar novamente a taxa se os fundamentos

assim o exigirem", aponta o economista Rodolfo Margato.

O Morgan Stanley não tem reduções da Selic em seu cenário, já que a incerteza fiscal e suas implicações para as expectativas de **inflação** devem limitar o espaço para cortes, mas reconhece que os riscos estão inclinados para juros menores pelo enfraquecimento da atividade.

A equipe de estratégia do banco americano afirma que é comum que a curva de juros brasileira incorpore prêmios de alta em episódios de intenso ruído fiscal. "Mas essas altas só se concretizaram nos dois episódios anteriores de percepção de dominância fiscal, em 2015/16 e 2024, quando o BC já estava elevando os juros. Em outras palavras, seria necessário superar uma barreira maior para passar de cortes a altas desta vez", afirmam.

Na avaliação do Morgan Stanley, o BC poderia se ver obrigado a subir os juros caso a volatilidade do real volte a subir e as expectativas de **inflação** para 2029 alcancem o patamar de 4,50%, o limite superior da banda de tolerância da meta.

"Segundo o último Focus, as expectativas para 2029 estão em torno de 4%, após uma alta de aproximadamente 0,5 ponto desde a eleição. Observamos, porém, que elas já atingiram esse nível em anos anteriores, em episódios como o debate sobre a meta de **inflação** em 2023. Já o patamar de 4,5% indicaria uma desancoragem sem precedente das expectativas de longo prazo na história recente, e pode ser suficiente para obrigar o BC a reafirmar seu compromisso com o regime de metas", concluem.

Lula aposta em reeleição de Alcolumbre diante de protagonismo da direita no Senado

Andrea Jubé

Articulação passa pela indicação de Pacheco ao STF, que seria termômetro para apoio a senador

A recondução de Davi Alcolumbre (União-AP) à presidência do Senado é vista como uma prioridade pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Depois de conquistar sua própria reeleição, manter o aliado mais dois anos no comando do Congresso será fundamental para enfrentar o bolsonarismo, que saiu fortalecido das urnas, e garantir a governabilidade.

A vitória de Alcolumbre pressupõe, entretanto, a indicação do expresidente do Senado Rodrigo Pacheco à vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), conforme acordo de bastidores, que alas do governo e do PT tentam reverter para favorecer o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias.

Simultaneamente, a composição do ministério do Lula 4 implica a discussão de espaços com o próprio Alcolumbre, que atua como um dos interlocutores do Centrão com o chefe do Executivo, em especial, como porta-voz da federação União-Progressistas. Além disso, Lula deverá renunciar a nomes eventualmente cotados para o primeiro escalão, mas que, pelo perfil combativo, ficarão no Senado para formar a tropa de choque do governo. A expectativa é de embates acirrados com a bancada bolsonarista, que representará mais de um terço da Casa.

Um senador aliado de Alcolumbre disse ao Valor que há um entendimento de que o Palácio do Planalto encaminhará ao Senado, ainda neste mês, a mensagem indicando Pacheco, que hoje está no

Tribunal de Contas da União (TCU), para a vaga aberta no STF. O acordo de bastidores também foi confirmado por fontes do governo e do PSB, legenda de Pacheco.

Segundo esse senador, há uma expectativa de que, se o nome de Pacheco for à votação no plenário da Casa, o placar final funcione como um "termômetro" da candidatura de Alcolumbre. Ou seja, o número de votos favoráveis ao ex-senador, que deverá ser expressivo, poderá refletir quantos

parlamentares já apoiam o candidato à reeleição, ou estariam dispostos a fechar com ele.

Ao mesmo tempo, a opção por Pacheco assegura um trunfo para Alcolumbre: a vaga dele no TCU, que originariamente pertence ao Senado, poderá atrair votos para a reeleição. Interlocutores do presidente do Senado negam essa possibilidade, mas aliados dele admitiram, reservadamente, que tanto a cadeira de Pacheco no tribunal de contas quanto as cobiçadas vagas

em diretorias nas agências reguladoras são cartas na manga do senador do Amapá.

O MDB do Senado já teria reivindicado a vaga de Pacheco no TCU, já que o antecessor dele, Bruno Dantas, havia sido indicado para a Corte pela bancada. No entanto, um emedebista ponderou que Alcolumbre já deu provas de generosidade com a sigla ao indicar o líder da bancada, senador Eduardo Braga (MDB-AM), para o cargo mais disputado do Congresso, todos os anos: de relator do Orçamento.

No início do ano, Pacheco era o nome favorito de Alcolumbre, de mais da metade dos senadores, e de uma ala do Supremo para ocupar a cadeira de Luís Roberto Barroso na Corte. Como Lula se negou a atender o pleito, encaminhando o nome de Messias para a vaga, o plenário do Senado lhe impôs, talvez, a pior derrota do terceiro mandato, com a rejeição de seu indicado em abril. Seis meses depois, tendo se reconciliado com Alcolumbre e recebido dele gestos importantes, como as votações das propostas de emendas à Constituição (PECs) do fim da escala 6 x 1 e da segurança, o presidente acenou com a indicação de Pacheco.

No entanto, alas do governo e do PT entraram em campo para tentar dissuadir Lula desse arranjo, a fim de insistir na indicação de Messias. O principal argumento é de que o petista saiu fortalecido das urnas, agraciado com mais de 64 milhões de votos, e, nessa condição, poderia convencer o presidente do Senado a atuar pela aprovação do titular da AGU para a vaga no Supremo.

Na outra ponta, entretanto, um interlocutor de Alcolumbre descartou essa hipótese. Ponderou que o presidente do Senado sequer daria encaminhamento à nova indicação de Messias, e mesmo se o fizesse,

afirmou que o titular da AGU seria novamente rejeitado pela maioria do plenário.

Em outra frente, Lula calcula com o próprio Alcolumbre e outros aliados as peças que poderia mover no tabuleiro do Senado para montar o ministério, sem desfalcar a tropa de choque que defenderá o governo na Casa. Um dos mais próximos de Lula, o ex-ministro dos Transportes Renan Filho (MDB), que saiu derrotado da eleição para o governo de Alagoas, é cotado para assumir uma pasta, mas deve ficar no Senado.

Segundo interlocutores de Lula e do emedebista, há uma percepção de que Renan Filho poderia colaborar mais com o governo no Senado, atuando na linha de frente das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Comissão e Justiça (CCJ). O exministro sucederia ao pai, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que não se reelegeu, e vinha cumprindo um papel de relevância nas matérias relativas às contas públicas. Atual presidente da CAE, Renan atuou em dupla com Braga em projetos estratégicos como a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil, e a **reforma tributária**.

De perfil combativo, e responsável por articulações classificadas, em alguns casos, até como agressivas, como no convencimento para que Lula apoiasse a redução da maioridade penal para 16 anos nos crimes hediondos, o líder do PT, senador Camilo Santana (CE), deverá, invariavelmente, voltar ao ministério, sendo cotado para a Casa Civil. Já o ex-titular da pasta e senador eleito Rui Costa (PT-BA) também é visto como um aguerrido, mas deve retornar ao primeiro escalão, em um ministério da área de infraestrutura. O conterrâneo Jaques Wagner (PT), ex-líder do governo, deverá ficar no Senado, mas tem perfil mais conciliador.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Novo Senado, a partir de 2027, pressiona por reforma do Judiciário

A nova composição do Senado, a partir do próximo ano, majoritariamente de partidos políticos de direita, somada à possível abertura de investigação de suposto envolvimento pessoal de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com o ex-banqueiro do Master, Daniel Vorcaro, elevam o risco de impeachment de integrantes da Corte. Essa situação inédita vem pressionando o próprio STF, o Poder Executivo, o Legislativo e a advocacia a articularem uma reforma estrutural do Judiciário.

Atualmente, há no Congresso Nacional ao menos 74 Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nesse sentido. Só na Câmara dos Deputados existem, no mínimo, 12 propostas que mencionam "reforma do Judiciário" e a maioria delas tem mais de 20 anos.

As PECs propõem, por exemplo: escolha dos ministros entre juízes de carreira; mandatos de até quinze anos; idade mínima para a entrada no STF de 50 anos; participação do CNJ, OAB e Senado na escolha dos magistrados; vedação de atuar em processos patrocinados direta ou indiretamente por cônjuges ou parentes de segundo grau; que cidadãos possam apresentar reclamação contra ministros, se não for por crime de responsabilidade; etc.

As regras atuais para a escolha de ministros do STF estão definidas na Constituição. Hoje, pode assumir o cargo quem tem entre 35 e 70 anos, a indicação é feita só pelo presidente da República e, depois, o Senado referenda ou não. Este ano, pela segunda vez na história do Brasil um indicado do Executivo foi rejeitado, o advogado-geral da União Jorge Messias - antes, isso ocorreu no governo de Floriano Peixoto (1894). Nos julgamentos, os ministros podem se autodeclarar impedidos ou suspeitos, e a aposentadoria é compulsória aos 75 anos.

Para o cientista político Rodrigo Prando, professor e pesquisador na universidade Mackenzie, uma reforma do Judiciário pode ser uma alternativa ao impeachment de ministros do STF. "Aí vamos entender se de fato há um desejo de se pensar no melhor funcionamento da instituição, ou se há apenas uma sanha da extrema direita de tirar ministros da Corte, lembrando que para o impeachment não basta apenas vontade política, tem que ser comprovado crime de responsabilidade", diz.

Já o professor da FGV Direito SP, Rubens Glezer, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de uma reforma "porque o STF se mostrou incapaz de criar e implementar um Código de Ética", pondera que será preciso observar se ela afetará a governabilidade ou agravará o risco de corrupção. "A pauta de reforma do STF cria um problema porque parece louvável a iniciativa de tirar poderes da Corte, mas eles irão para onde? Tem que ser pensado junto uma reforma do sistema político", afirma.

Uma reforma estrutural traria também consequências econômicas, segundo estudo da ONG Convergência Brasil. Dados da organização apontam que o Judiciário brasileiro produz muito, mas custa caro e continua congestionado. No ano de 2024, diz a ONG, as despesas totais do Judiciário alcançaram R$ 146,5 bilhões, o que equivale a 1,2% do **PIB** e havia 80,6 milhões de processos pendentes. Este ano, a crise institucional adiou vários julgamentos, inclusive sobre a **reforma tributária**.

"Nossa contribuição é propor uma agenda de reformas, como mandato fixo de oito anos para os ministros do STF, sem recondução, junto com um novo índice de governança judicial, para que possamos avaliar os tribunais também pela eficiência no uso de recursos públicos, transparência e prestação de contas", afirma o advogado Luciano Benetti Timm, um dos pesquisadores responsáveis pelo levantamento.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, chegou a propor a criação de um código de conduta e ética para integrantes da Corte, na reabertura do Judiciário, em fevereiro, mas seus colegas não abraçaram a ideia. Para alguns deles, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (loman) é suficiente. A norma impõe, por exemplo, que magistrados não devem expor opinião política, gerenciar negócios, comentar processos em andamento ou se submeter a pressões externas.

Em junho, Fachin instituiu o Grupo de Estudos sobre Modernização do Sistema de Justiça, que conta com ministros de tribunais superiores, magistrados, professores de Direito e juristas. Em setembro, o grupo realizou uma reunião destinada à sistematização e consolidação das propostas recebidas ao longo dos meses. Foram formados seis subgrupos temáticos para analisar as sugestões e

apresentar conclusões. A próxima reunião está marcada para o dia 16.

Por serem os principais interlocutores dos magistrados em todas as instâncias do Judiciário e terem uma visão técnica, os advogados poderão ser os protagonistas de uma nova reforma. Em setembro, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) instituiu um colegiado para consolidar as contribuições das seccionais regionais

da entidade e apresentar uma proposta de mudança estrutural do Judiciário ao Congresso.

Para Leonardo Sica, presidente da OAB de São Paulo, o avanço social e tecnológico dos últimos 20 anos já justifica a necessidade de uma nova reforma. "O nosso modelo de justiça digital, por exemplo, é avançadíssimo, mas nunca foi regulado em lei. Cada tribunal fez como quis", aponta. Além disso, diz ele, o desenho constitucional não previu o protagonismo assumido pelo Judiciário. "Precisamos devolver ao Legislativo o papel de legislar, e ao Judiciário o de julgar. Por isso, apresentamos nossa proposta ao Congresso."

O momento político, afirma Sica, é favorável para uma reforma, mas o risco é a captura dessa vontade social legítima por movimentos políticos que buscam enfraquecer o Poder Judiciário. "A solução para isso é trazer boas ideias para a mesa. Nosso chamado tem sido para tribunais e juízes participarem do debate e atuarem ativamente para fazer uma reforma técnica", diz. "Não queremos reformar o Judiciário porque estamos descontentes com as decisões, mas para a gestão do Judiciário ser mais eficiente."

A proposta da OAB poderá ser apensada a propostas já existentes. Um exemplo é a PEC 95/2015, de autoria do ex-ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do Brasil, exdeputado federal (PSB-PE) e ex-procurador

da Fazenda Nacional, Tadeu Alencar. Ela já foi aceita pela Comissão de Constituição e Justiça - portanto atende aos requisitos constitucionais - e aguarda a instalação de Comissão Especial.

A PEC 95/2015 propõe que cinco ministros sejam indicados pelo Executivo, dois pela Câmara, dois pelo Senado e dois pelo próprio STF. Os candidatos teriam que ser oriundos da magistratura e com mandato de 12 anos, sem recondução. Além disso, a entrada na Corte teria limitação de idade entre 45 e 65 anos e haveria imposição de quarentena, antes de entrar e após sair, para a ocupação de cargos eletivos.

Alencar defende que a reforma do Judiciário nunca se fez tão necessária. "Mas não vejo uma preocupação real com o aperfeiçoamento do modelo atual em projetos que só querem tirar do Executivo a exclusividade de indicação. Em países de democracia consolidada como Portugal, Itália, Espanha são estabelecidos mandatos com divisão da indicação entre os três Poderes", diz.

A extrema direita no mundo, fortalecida no Brasil tanto na Câmara como no Senado, alerta ele, "intenciona ter o domínio total das estruturas do Estado para atuar sem o controle de freios e contrapesos que compõem a democracia".

Na mais recente reforma do Judiciário, realizada em 2004, foram instituídos o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do

Ministério Público (CNMP). Foi o CNJ que criou metas anuais de julgamentos para os magistrados, na tentativa de redução do crescente volume de ações judiciais. Este ano, o órgão ainda aprovou o fim da aposentadoria compulsória para magistrado que cometer infração disciplinar grave. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Buzzi foi o primeiro submetido à nova regra, após acusações de assédio sexual.

Segundo o titular da Secretaria da Reforma do Judiciário em 2004, o advogado Pierpaolo Cruz Bottini, a reforma passada teve objetivos claros de diminuir a morosidade e aumentar o acesso à Justiça. Agora, diz ele, o excesso de processos está ligado a pessoas e empresas que abusam do Judiciário, incluindo entes públicos e grandes litigantes, para postergar decisões e evitar pagamentos.

Bottini destaca também que a reforma de 2004 teve uma composição variada. Pelo STF participaram dois ministros indicados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Nelson Jobim e Gilmar Mendes; o representante do Senado era José Sarney (PMDBMA) e o do Ministério da Justiça foi o advogado Márcio Thomaz Bastos. O relator da PEC foi o senador José Jorge (PFL-PE). "Tinha uma conotação política, mas não era partidária. O conteúdo foi técnico", afirma. Para Bottini, a heterogeneidade precisa ser também a marca de uma próxima reforma.

'Imposto do pecado': taxistas, autistas e PCDs não pagam taxa em carro zero km; veja categorias isentas

Por André Fogaça, g1 - São Paulo

O governo federal publicou na última quarta-feira (4) uma medida provisória (MP) que define as regras de cobrança do Imposto Seletivo, também conhecido como "imposto do pecado".

?? O tributo, criado pela **reforma tributária** sobre o consumo, começará a ser cobrado em 2 de fevereiro de 2027 e incidirá sobre produtos e atividades considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com o objetivo de desestimular seu consumo.

? Clique aqui para seguir o canal do g1 Carros no WhatsApp

Entre os produtos sujeitos ao novo imposto estão os carros de passeio, com alíquota-base de 6,3%. Ela pode subir ou cair conforme alguns critérios. As novas regras, porém, também preveem isenção em determinados casos.

Veja os critérios abaixo para entender quais são estes casos:

TaxistasAutistasPessoas com deficiência (PCDs)Carros do programa Carro sustentável

Taxistas

O artigo 4º da medida provisória zera a alíquota-base de 6,3%, assim como qualquer adicional ou redução desse percentual, para motoristas profissionais que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel , definidos pelo texto como taxistas.

Para receber o benefício fiscal, o comprador do veículo precisa ser reconhecido pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**.

Volte para o início.

Autistas

A medida provisória prevê alíquota zero de Imposto Seletivo na compra de carros por pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) que tenham o benefício reconhecido pela **Receita Federal**.

Mesmo antes da criação do novo tributo, pessoas com TEA já podiam comprar carros zero km com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por exemplo.

O benefício existe para esse grupo desde 2003 e, pelas regras atuais, a isenção do IPI vale para veículos de até R$ 200 mil, com intervalo mínimo de três anos entre as compras. A aquisição pode ser feita pela própria pessoa ou por seu representante legal.

Volte para o início.

Pessoas com deficiência (PCDs)

Assim como nas compras feitas por pessoas com TEA, a medida provisória prevê alíquota zero de Imposto Seletivo na compra de carros por pessoas com deficiência.

Mesmo antes da criação do novo tributo, pessoas com deficiência que atendem às regras da **Receita Federal** já podem comprar um carro zero km de até R$ 200 mil com isenção de IPI. O benefício pode ser utilizado novamente após um intervalo mínimo de três anos.

Volte para o início.

Carros do programa Carro sustentável

A lista de isenções também inclui os veículos do programa Carro Sustentável, lançado pelo governo em julho de 2025.

O benefício pode alcançar subcompactos, compactos, SUVs compactos e picapes compactas que cumpram os critérios de emissão de gases, uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis e fabricação no Brasil.

Atualmente, essas versões já podem ter IPI zero. Para se enquadrar, o veículo deve emitir até 83 gramas de CO^2 por quilômetro, considerando todo o processo, desde a produção da energia até seu uso pelo veículo. Além disso, pelo menos 80% do peso do carro deve

ser composto por materiais que possam ser reciclados ou reutilizados.

O programa também exige que etapas como soldagem, pintura, fabricação do motor e montagem sejam realizadas no Brasil.

Volte para o início.

Veja os critérios para as demais categorias

Carros de passeio que não se enquadram nas regras acima estão sujeitos à alíquota-base de 6,3%. Esse percentual pode subir ou cair de acordo com alguns critérios. Depois dos ajustes, a alíquota resultante é multiplicada por 1,21, conforme estabelecem as regras:

Motorização e combustível

O primeiro critério é a fonte de energia do motor:

Eficiência energética

O segundo critério é a eficiência energética do veículo. O cálculo considera um limite de energia consumida por quilômetro, que varia de acordo com o peso e a categoria do veículo.

Um carro de passeio de 1.200 kg, por exemplo, precisa consumir no máximo cerca de 1,49 megajoule por quilômetro (MJ/km) em um teste que combina percursos na cidade e na estrada para receber o desconto de 2 pontos percentuais.

Se ultrapassar esse primeiro limite, o carro ainda pode receber um desconto de 1 ponto percentual caso o consumo seja de até cerca de 1,57 MJ/km. Acima desse valor, não há desconto por eficiência energética.

Potência

O terceiro é a potência do motor, medida em quilowatts (kW).

Desempenho estrutural e assistências ao motorista

O quarto critério avalia tanto a proteção oferecida pela estrutura do carro em uma colisão quanto os sistemas de assistência ao motorista,

A redução de 1 ponto percentual acontece se um carro tem, por exemplo, controle de estabilidade, aviso de cinto afivelado, farol de rodagem diurna ou piloto automático adaptativo.

Se a versão não atender ao critério, fica sem esse desconto.

Reciclabilidade veicular

O último critério considera se a fabricante possui um plano para reciclar os veículos ao fim de sua vida útil.

A redução é de 2 pontos percentuais quando um veículo é retirado de circulação para cada cinco carros novos produzidos. Se a proporção for de um para cada dez, o desconto cai para 1 ponto percentual.

Em ambos os casos, os carros novos considerados na contagem devem ser da mesma marca, modelo e versão.

Os carros novos também precisam cumprir metas de reaproveitamento. A partir de 2027, pelo menos 80% do peso de cada veículo deverá ser passível de reutilização ou reciclagem. Esse percentual sobe para 85% quando são consideradas também outras formas de recuperação dos materiais.

Para novos projetos, os percentuais mínimos sobem para 85% e 95% já em 2027. Em 2030, esses índices passam a valer para todos os veículos leves novos, tanto de passageiros quanto de carga.

Site:
https://g1.globo.com/carros/noticia/2026/11/09/imposto-do-pecado-taxistas-autistas-pcds-nao-pagam.ghtml

Quais são os carros que devem escapar do Imposto Seletivo em 2027

Adicione como fonte preferencial no Google

O Imposto Seletivo deve mudar a tributação dos automóveis no Brasil em 2027, mas parte dos modelos de entrada poderá ficar com alíquota zero. A Medida Provisória 1.399/2026 prevê o benefício para veículos com registro de "versão sustentável" concedido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), desde que cumpram os requisitos ambientais e industriais exigidos. ?

Basicamente os carros com maior índice de manufatura nacional, com motor flex e até a etanol, considerados mais eficientes e com menos emissões devem ter o benefício.

Entre os candidatos estão 12 modelos produzidos no país, como Fiat Mobi, Volkswagen Polo , Chevrolet Onix e Hyundai HB20 . A relação também inclui até mesmo os SUVs Citroën Basalt, Renault Kardian e Volkswagen Tera. Mesmo que o governo federal não tenha divulgado detalhes das normas que também dependem de validação do Congresso, já é possível deduzir que veículos hoje isentos de IPI no programa Carro Sustentável são elegíveis ao tributo zero no Imposto Seletivo.

1 / 28

Citroën Basalt Dark Edition

Confira os modelos e as versões relacionados:

Chevrolet Onix: MT, MT Turbo e Eco - com motores Ecotec 1.0 aspirado de 80 e turbo de 116cv

Chevrolet Onix Plus: MT, MT Turbo e Eco com os mesmos motores

Citroën: BasaltFeel 1.0 aspirado de 75cv

Citroën: C3 Live Go, Live Plus e Feel Plus com motor 1.0 Firefly aspirado

Fiat Argo: Drive 1.0 com Firefly

Fiat Mobi: Like e Trekking Firefly

Hyundai HB20: Comfort 1.0 MT e Limited 1.0 MT com motor 1.0 Kappa de 80cv

Hyundai HB20S: Comfort 1.0 MT e Limited 1.0 MT com o mesmo motor

Renault Kardian: Vibe 1.0 turbo 115cv

Renault Kwid: Evolution, Techno e Outsider com motor 1.0 Sce de 75cv

Volkswagen: Polo Track e Robust 1.0 MPI de 84cv e TSI 1.0 MT de 116cv

Volkswagen Tera 1.0 MPI

A relação considera as configurações apontadas como abrangidas pelo programa Carro Sustentável. A aplicação do benefício em 2027 dependerá da manutenção do registro e do atendimento aos critérios legais de cada versão.

Para obter o enquadramento, o veículo precisa emitir até 83 gramas de CO^2 por quilômetro no ciclo chamado "do poço à roda", que considera também as emissões associadas à produção e ao fornecimento do combustível. Outro requisito é atingir pelo menos 80% de reciclabilidade ou reutilização de materiais.

A fabricação nacional também precisa cumprir etapas específicas, incluindo estampagem de painéis externos, soldagem, pintura, fabricação do motor e montagem. O programa contempla subcompactos, compactos, SUVs compactos e picapes compactas. Portanto, ter motor 1.0 ou ser montado no Brasil, isoladamente, não garante alíquota zero.

O início da cobrança do Imposto Seletivo está previsto para 2 de fevereiro de 2027. Nos automóveis, ele assumirá parte do papel hoje exercido pelo IPI, dentro da transição da **reforma tributária**. As regras anunciadas são temporárias, válidas até dezembro de 2027, e a medida provisória ainda depende de análise do Congresso.

Site: https://noticias.r7.com/prisma/autos-carros/quais-sao-os-carros-que-devem-escapar-do-imposto-seletivo-em-2027-09112026/

Ajuste fiscal não é sinônimo de desmonte de rede de proteção social, dizem especialistas

Marta Watanabe e Vinícius Lucena De São Paulo

População já sente, via **inflação**, efeito do descontrole de gastos, alertam analistas

Da página A1 O ajuste das contas públicas passa por desacelerar o crescimento das despesas obrigatórias, mas não exige o desmonte da rede de proteção social garantida pela Constituição, avaliam economistas ouvidos pelo Valor. O ajuste, defendem, é necessário para sustentar os programas sociais no longo prazo e garantir recursos em situações emergenciais.

Esta é a primeira reportagem da série "Falso dilema", que vai abordar a conciliação entre equilíbrio fiscal e combate às desigualdades. As matérias tratarão dos desafios do Brasil para assegurar a sustentabilidade dos mecanismos de proteção social, da necessidade de combater privilégios e buscar maior eficiência no setor público. Outras reportagens abordarão os custos da desigualdade, que afetam a produtividade da economia, e os indicadores de violência no Brasil, entre outros temas.

No campo das contas públicas, gastos fora do controle resultam em alta da **inflação**, o que prejudica os mais pobres com maior intensidade, aponta a economistachefe do Inter, Rafaela Vitória. "Hoje não temos **inflação** fora de controle, mas temos o custo dos juros para mantê-la baixa. As famílias estão comprometidas com dívidas por causa disso. A importância de o governo ter disciplina fiscal passa por levar bem-estar social à população de baixa renda. É um bem-estar indireto."

Uma das consequências de um quadro fiscal desarrumado por muito tempo, ressalta Bráulio Borges, diretor da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), é que, no limite, o governo tem que emitir moeda para pagar a dívida. "Isso resulta em excesso de moeda circulando, a taxa de câmbio se desvaloriza e a **inflação** sobe. E o imposto inflacionário é um imposto regressivo."

As sugestões para desacelerar os gastos passam longe do corte abrupto de despesas primárias promovido pelo presidente argentino, Javier Milei, em 2024. Entre as medidas consideradas mais importantes para a consolidação fiscal está a mudança na política do salário mínimo, mas com manutenção do valor real, com sugestões de reajustes que vão de 0,5% a 1,5% acima da **inflação**.

O ideal, porém, citam alguns, é a desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários e assistenciais. Também são citadas a desvinculação de gastos de saúde e educação das receitas e a aplicação de um limite efetivo ao conjunto das despesas, mais a eliminação de fraudes e da sobreposição de programas sociais. Embora com diferentes desenhos para as medidas, os especialistas convergem na avaliação de que não se trata de uma escolha entre responsabilidade fiscal e proteção social.

Borges diz que a primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou isso. "Quando ele assumiu, em 2003, elevou a meta de superávit primário de 3,75% a 4,25% e criou o Bolsa Família. Isso mostra que não há incompatibilidade entre fiscal e social."

Marcos Lisboa, ex-presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica (no Lula 1), ressalta que as restrições constitucionais e legais dificultam o ajuste exprescação. sivo nas principais despesas. Salários e aposentadorias não podem ser reduzidos, enquanto gastos com Previdência, saúde e educação seguem regras próprias de correção e vinculação a receitas. A alternativa seria diminuir a expansão das despesas, mas ele também defende a desvinculação.

Durante a corrida presidencial, ninguém defendeu uma política fiscal draconiana de cortar benefícios em 2% ou 3% do **PIB** de uma vez só, diz Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz. "O que se defende é uma política de contenção do crescimento do gasto social, fazendo essa despesa subir dentro do **PIB**, e mudar regras de indexação para que, em cinco anos, consigamos gerar convergência da dívida pública para uma estabilidade. Essa sinalização traz juros menores e evita a crise na qual podemos ingressar caso sejam mantidas medidas cosméticas que até agora vêm sendo sugeridas."

O atual nível de endividamento e seu ritmo de crescimento, apontam economistas, são insustentáveis. A dívida bruta do governo geral, segundo o Banco Central (BC), alcançou o equivalente a 82,93% do **PIB** em setembro, 5,09 pontos

percentuais mais que um ano antes. Em dezembro de 2022, era de 71,68% do **PIB**. O déficit nominal em 12 meses até setembro foi de 9,5% do **PIB**. Em dezembro de 2022, era de 4,6%. Isso reflete os juros altos. A Selic, taxa básica, foi mantida em 13,75% na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), interrompendo o ciclo anterior de cortes.

Uma economia com juros básicos reais de 8% ao ano não é saudável, diz Samuel Pessôa, economista do BTG Pactual e pesquisador do FGV Ibre. "A economia brasileira está doente. Sem reduzir os juros, entraremos numa crise. Nenhuma economia aguenta muito tempo esse nível de juros. E se forçarmos o BC a baixar os juros, a **inflação** volta. Já fizemos isso."

O quadro, defendem os economistas, demanda desaceleração de gastos públicos, inclusive na Previdência e na assistência social, pela representatividade que têm. Relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) aponta que, em 2025, o gasto com benefícios previdenciários somou R$ 1,03 trilhão. O do Benefício de Prestação Continuada (BPC) atingiu R$ 127,2 bilhões. Ambos equivalem a 9,1% do **PIB** e são 48,2% da despesa primária do governo central. Para 2027, a proposta orçamentária projeta que os dois gastos somarão 9,2% do **PIB**.

"O debate não é sobre a manutenção ou não da proteção social. O tema é a velocidade com que se melhora a proteção social. Defendo que o salário mínimo cresça a 0,5% real ao ano. Essa foi a taxa média de crescimento de produtividade do trabalho nos últimos 40 anos." A produtividade, diz, é a velocidade pela qual os recursos aumentam na economia. "Há quem defenda reajuste real de 2%, mas é incompatível com a capacidade de entrega da economia." Desde 1995, diz, o salário mínimo real cresceu 195%. A produtividade do trabalho cresceu 22%.

Hoje, a valorização real do salário mínimo é transmitida ao piso das aposentadorias e a benefícios como o BPC. Assim, o aumento dado aos trabalhadores em atividade eleva automaticamente parcela relevante dos gastos federais. Para o diretor de pesquisa do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), Fernando Veloso, esse modelo de vinculação não encontra paralelo em outros países, que em geral apenas protegem o poder de compra das aposentadorias. Pela regra atual, o mínimo recebe a **inflação** mais a variação do **PIB**, com limite de 2% de ganho real. Para ele, a vinculação torna mais caro o reajuste do mínimo e dificulta o controle de despesas.

Veloso defende reajuste do mínimo pela **inflação** (IPCA) e vinculação exclusivamente à produtividade do trabalho. Na aposentadoria, o reajuste seria feito pelo IPCA puro somado a um ganho real que não seja igual ao do mínimo.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX, também é favorável a reajuste real de 0,5% no mínimo, com base na produtividade. Para ele, porém, o ideal é a desvinculação entre o mínimo e despesas previdenciárias e assistenciais, mesmo que isso demande focar capital político em uma alteração constitucional. "É preciso cortar esse cordão umbilical. Vale a pena o esforço porque o efeito sobre a expectativa de mercado seria muito forte, mudaria brutalmente a trajetória das contas públicas, com efeito na curva de juros e no custo do financiamento do Tesouro." A ideia, lembra, é que o valor dos benefícios previdenciários e assistenciais preserve o poder de compra, "sem perda real".

Fabio Giambiagi, também pesquisador do FGV Ibre, sugere a criação de um piso salarial nacional específico para o mercado de trabalho. Inicialmente, ele teria o mesmo valor do salário mínimo, mas passaria a crescer em ritmo mais rápido, sem que todo o aumento fosse automaticamente transferido ao piso previdenciário. Isso permitiria preservar a valorização da remuneração dos trabalhadores ativos e, ao mesmo tempo, limitar efeitos na previdência. "Não é arrocho para os aposentados. Arrocho é redução", afirma. "O salário mínimo e o piso previdenciário continuariam subindo, mas no mercado de trabalho o aumento seria maior."

Giambiagi também defende aumento real zero da despesa em 2027, primeiro ano do Lula 4, e, depois, uma regra que limite seu avanço à **inflação**, acrescida de 1,5% ao ano. A proposta, afirma, seria muito diferente de ajuste com corte abrupto de despesas. "Milei, em 2024, reduziu a despesa primária da Argentina em 27% em termos reais. Isso no Brasil, além de inexequível, seria uma aberração", diz. Para Giambiagi, o compromisso com crescimento real zero no primeiro ano seria um "freio de arrumação" e uma sinalização de mudança na trajetória fiscal, sem produzir uma retração comparável à argentina.

Além do ajuste na política do salário mínimo, também é consenso que o atual arcabouço fiscal perdeu consistência porque o limite geral para a expansão das despesas convive com gastos vinculados ao crescimento da receita, como os de saúde e eduCom isso, medidas destinadas a elevar a arrecadação também ampliam parte das despesas obrigatórias, que respondem por mais de 90% do total, num Orçamento muito rígido. Além disso, o governo ainda criou mecanismos para retirar gastos da regra fiscal, enfraquecendo a capacidade do arcabouço de conter a despesa total.

No caso da saúde, Giambiagi propõe que o piso do gasto acompanhe o teto das despesas. Ou seja, a despesa mínima com saúde seguiria o mesmo parâmetro da regra fiscal. O governo ainda poderia destinar recursos adicionais ao setor, mas esses valores teriam que disputar espaço com outras despesas no Orçamento.

Para a educação, o pesquisador da FGV propõe corrigir pela **inflação** a complementação federal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Seu argumento é que a população em idade escolar está diminuindo por razões demográficas, o que permitiria elevar o gasto real por aluno mesmo com a manutenção do valor total em termos reais.

Barros observa que mudanças em gastos de saúde e educação precisam incluir não só União, mas também Estados e municípios. Borges lembra que, além de saúde e educação, gastos com emendas parlamentares e com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) também são vinculados às receitas e merecem revisão. Juntas, a "revinculação" desses gastos e a mudança do mínimo, diz ele, "seriam 70% do pacote de redução de despesas". Para Borges, reduzir o reajuste real do mínimo para 1% a 1,5% ao ano seria "factível".

Além de conter o crescimento dos gastos, os economistas defendem revisão da qualidade e do foco das políticas sociais. Para Veloso, o sucesso dos programas deve ser medido pela capacidade de reduzir a pobreza, e não pelo volume de recursos. Ele considera o Bolsa Família um programa reconhecido internacionalmente por combater a pobreza a um custo relativamente baixo, mas avalia que seu desenho perdeu focalização depois da pandemia.

Uma das críticas de Veloso é à adoção de um benefício mínimo por família, desde a implementação dos R$ 600 do Auxílio Brasil durante a pandemia. Isso, somado ao aumento das famílias unipessoais, reduziu a diferenciação dos pagamentos de acordo com a renda e a composição familiar.

Para Barros, os programas sociais demandam redesenho para evitar sobreposições, além do combate às fraudes. Cada uma dessas medidas, estima, permite corte potencial de gastos entre R$ 25 bilhões e R$ 30 bilhões anuais.

Os economistas defendem que o ajuste precisa focar na desaceleração de gastos, mas medidas pelo lado das receitas também podem ajudar. Samuel Pessôa cita a tributação de títulos isentos, redução de gastos tributários, como a dedução de saúde e educação no Imposto de Renda das pessoas físicas, e tributação de dividendos de empresas de regimes especiais, como Simples e lucro presumido.

Pessôa destaca, porém, que elevar **impostos** para bancar um reajuste de 2% do salário mínimo não é a melhor solução. Embora a medida evitasse a piora do déficit, ao compensar o aumento de gastos com mais arrecadação, ela não reduziria a demanda agregada. Isso porque os beneficiários do salário mínimo tendem a consumir integralmente a renda adicional, mantendo a pressão sobre a economia. Como resultado, **inflação** e juros permaneceriam elevados.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Pronunciamento com críticas a bets e defesa das reformas política e do Judiciário

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a reforma do Judiciário, criticou as plataformas de apostas on-line e reafirmou compromisso com a responsabilidade fiscal e com soluções para o endividamento das famílias, em durante pronunciamento na noite de ontem. Na segurança pública, o presidente afirmou que pretende integrar as forças

policiais para retomar territórios ocupados pelo crime organizado, além de defender o maior rigor no combate à corrupção e à sonegação. Lula prometeu fortalecer o combate ao feminicídio e ampliar a proteção de crianças e adolescentes. "Vamos integrar e garantir a atuação enérgica de todas as forças policiais para retomar os territórios ocupados pelos

criminosos e devolver a tranquilidade à população", disse. Na economia, ele destacou a baixa taxa de desemprego e a **inflação** sob controle, mas demonstrou preocupação com a dívida pública e os juros elevados. Reafirmou o compromisso com a responsabilidade fiscal e estabeleceu como meta elevar os investimentos a mais de 20% do **PIB**. (Maria Beatriz Giusti)

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/09/all.pdf

A busca por rigor fiscal sem fechar o cofre

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A definição de um nome para assumir o comando do Ministério da Fazenda a partir de 2027 tornou-se ponto central das projeções do cenário econômico do país. A escolha ocorrerá em meio a um dilema que envolve as pressões do mercado financeiro por medidas de ajustamento e contingenciamentos fiscais e o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não cometer "estelionato eleitoral" deixando de entregar pautas prometidas na campanha a partir de 2027 - como a expansão do Pé-de-Meia a estudantes universitários e o crédito de R$ 5 mil a Microempreendedores Individuais (MEIs).

Para economistas e interlocutores alinhados à formulação do programa de governo, a saída para meio a pressões do mercado por cortes e de metas sociais prometidas bancar as promessas sociais sem estourar a trajetória da dívida não passa pela tesourada em investimentos públicos, mas pela recomposição da base de arrecadação.

"Não há hoje um fator econômico que dite que cortes de gastos são necessários. O Estado não está quebrando, o Tesouro Nacional não tem nenhum problema para seguir emitindo títulos, a **inflação** está baixa e o câmbio relativamente estável" avalia a economista Juliana Furno, ex-assessora especial da presidência do BNDES e professora da Uerj.

A economista pondera que o deficit fiscal já recuou para 0,5% do **PIB** em 2025, com previsão de equilíbrio em 2026. Para Furno, caso haja urgência por superavits, o caminho deve ser a arrecadação no topo: "Se o mercado quer tanto correr com a obtenção

de superavits fiscais, acho que o governo Lula deveria se concentrar em fazer ajuste pelo lado das

receitas. Há muito espaço para cortar benefícios tributários para grandes empresas, cobrar dívidas

de grandes devedores e fazer uma reforma administrativa sobre su-persalários, penduricalhos extra-teto, previdência dos militares e emendas parlamentares".

Outro ponto do debate econômico é o custo de rolagem da dívida pública, colocada pela emissão de títulos pós-fixados indexados à Se-lic. Segundo o economista José Sérgio Gabrielli, coordenador do programa econômico da campanha de Lula, o crescimento da relação Dívi-da/**PIB** deriva do custo financeiro e de distorções na emissão de papéis pelo Tesouro.

"Quando você emite um título lastreado em Selic, você tira do título a capacidade de ajustar o risco de longo prazo. Todo o risco da operação financeira passa a ser do setor público. O credor se torna sócio da taxa de juros alta, o que não acontece no resto do mundo. Isso é uma

jabuticaba brasileira" diz.

Para desarmar esse mecanismo, o economista defende resgatar a integração entre política fiscal e monetária. "Se você tivesse orientações de um Conselho Monetário Nacional ampliado com as funções fiscais, que orientasse tanto o Banco Central como o Tesouro sobre quais procedimentos adotar, você diminuiria o custo da sociedade", orienta Gabrielli.

Ele destaca que a volatilidade no câmbio decorrente da redução de rentabilidade desses papéis pode ser contida com instrumentos de regulação recomendados pelo FMI e com a utilização do colchão de mais de US$ 350 bilhões em reservas internacionais. "O elemento chave para reduzir a dívida/**PIB** é crescer o **PIB**. O objetivo da política econômica deve ser o crescimento", pontua.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/09/all.pdf

Impeachment de secretários de Trump ganha força nos EUA

Democratas e alguns republicanos pretendem abrir processo para destituir chefe do Pentágono, Pete Hegseth, nos próximos dias

Fortalecidos pelas vitórias nas eleições legislativas da semana passada, os democratas prometeram ontem intensificar a fiscalização de atos do governo, incluindo o impeachment de secretários de Donald Trump. O primeiro na mira do novo Congresso é o chefe do Pentágono, Pete Hegseth.

Segundo Hakeem Jeffries, que será presidente da Câmara dos Deputados, e o senador Bernie Sanders, a ideia poderá avançar mesmo antes da posse dos novos congressistas, em janeiro. Ontem, Jeffries defendeu o impeachment de Hegseth, que será levado ao plenário da Câmara esta semana pelo deputado republicano Thomas Massie, desafeto de Trump.

"Hegseth abusou de seu poder, minou nossa segurança nacional e arquitetou essa guerra imprudente e cara no Irã", disse Jeffries, ao programa This Week, da ABC. Já Sanders, que deve assumir o comando da Comissão de Saúde do Senado, defendeu o impeachment do secretário de Saúde, Robert F. Kennedy Jr., em entrevista ao programa State of the Union, da CNN.

DEFESA. O secretário de Justiça, Todd Blanche, prometeu defender os membros do gabinete contra propostas de impeachment e investigações. Em entrevista ao programa Fox News Sunday, Blanche tentou tranquilizar os funcionários do governo. "Se você trabalha neste governo, você tem um advogado. Sou eu", disse.

As declarações de Blanche refletem o pânico de muitos assessores de Trump. Segundo o Wall Street Journal, foi deflagrada uma corrida por advogados na capital americana. As grandes firmas de Washington confirmaram que receberam uma enxurrada de consultas de secretários de gabinete, líderes de agências federais e assessores de médio escalão.

Ainda na noite da apuração, na semana passada, horas após a confirmação de que os democratas retomariam o controle da Câmara, o deputado Robert Garcia, que será presidente do Comitê de Fiscalização, mandou um recado para a equipe de Trump: "Contratem advogados", disse.

O apoio ao impeachment de secretários de gabinete não é exclusividade dos democratas. Alguns republicanos, insatisfeitos com Trump ou derrotados nas eleições, já se manifestaram a favor. O senador Thom Tillis declarou à CBS News que Hegseth enfrentará um "acerto de contas" por suas ações à frente do aparato militar americano.

De acordo com a CNN e o New York Times, vários outros congressistas republicanos - falando sob condição de anonimato - indicaram que também pretendem votar a favor de uma moção de repúdio e apoiar o impeachment de Hegseth nos próximos dias. SAÍDAS. Se Hegseth parece ser o próximo alvo, Susie Wiles foi a primeira a perder o emprego. Na sexta-feira, a chefe de gabinete de Trump foi demitida e substituída por Stephen Miller, assessor anti-imigração do presidente.

Wiles, a primeira mulher a ocupar o cargo na história dos EUA, era vista como uma gerente moderada que tentava organizar o fluxo de informações na Casa Branca. De perfil muito discreto, ela foi considerada responsável pela imagem ruim de Trump, que contribuiu para a derrota na eleição da semana passada.

O clima de instabilidade no gabinete é alimentado por rumores de que o secretário de Estado, Marco Rubio, também pode deixar o governo - no caso dele, por vontade própria. Rubio é um dos pré-candidatos à sucessão de Trump, em 2028.

Analistas afirmam que o secretário de Estado teria uma curta janela de oportunidade para deixar o governo, se quiser se desvencilhar da imagem ruim do trumpismo. Seu principal adversário na corrida presidencial republicana de 2028 é o vice-presidente dos EUA, J.D. Vance.

Logo após a derrota nas eleições legislativas, Vance deu declarações criticando a guerra contra o Irã, responsável pela **inflação** e pelo alto custo de vida dos americanos, segundo ele. Por mais que tente se afastar do trumpismo, no entanto, o vice-presidente está preso a Trump em razão do cargo.

Com apuração em curso, presidente diz ter vencido no Alasca

Donald Trump continua afirmando que o senador republicano Dan S. Sullivan está "liderando com folga" a disputa pelo Senado no Alasca - apesar de a apuração, ainda em andamento, mostrar vantagem para a democrata Mary Peltola. "Acabou", escreveu Trump ontem nas suas redes sociais. Segundo os cálculos do presidente, o total de votos de Sullivan deveria incluir os votos dados a outros dois candidatos: Dan J. Sullivan Jr (que tem quase o mesmo nome do candidato republicano) e Gerald Heikes. A legislação do Alasca, no entanto, diz outra coisa. As cédulas no Estado pedem que o eleitor indique uma ordem de preferência. Quando um candidato não obtém mais de 50% dos votos, a segunda opção do eleitor é considerada. Cerca de três quartos dos votos já foram apurados, com Peltola à frente por uma margem de aproximadamente 600 votos. O resultado pode levar semanas para ser oficializado. Uma nova atualização é aguardada para amanhã.

Com apuração em curso, presidente diz ter vencido no Alasca

Donald Trump continua afirmando que o senador republicano Dan S. Sullivan está "liderando com folga" a disputa pelo Senado no Alasca - apesar de a apuração, ainda em andamento, mostrar vantagem para a democrata Mary Peltola. "Acabou", escreveu Trump ontem nas suas redes sociais. Segundo os cálculos do presidente, o total de votos de Sullivan deveria incluir os votos dados a outros dois candidatos: Dan J. Sullivan Jr (que tem quase o mesmo nome do candidato republicano) e Gerald Heikes. A legislação do Alasca, no entanto, diz outra coisa. As cédulas no Estado pedem que o eleitor indique uma ordem de preferência. Quando um candidato não obtém mais de 50% dos votos, a segunda opção do eleitor é considerada. Cerca de três quartos dos votos já foram apurados, com Peltola à frente por uma margem de aproximadamente 600 votos. O resultado pode levar semanas para ser oficializado. Uma nova atualização é aguardada para amanhã.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

"Todo mundo quer ter retorno, mas precisamos considerar o risco"

LUIZA LANZA

Para gestor da Krivo, perdas no pós-eleição ocorreram porque a "emoção foi colocada acima da razão" Graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP, tem passagens pelo Banco Safra e pela XP Investimentos

Avirada eleitoral que reelegeu Luiz Inácio Lula da Silva provocou fortes perdas nos fundos de investimento, especialmente nos de ações e multimercados. Com posições montadas na expectativa de vitória do senador Flávio Bolsonaro (PL), parte dos gestores foi surpreendida pela reação do mercado e viu cotas recuarem mais de 40% em um único dia.

O circuit breaker na Bolsa, a maior alta diária do dólar desde 1999 e a forte reprecificação dos juros provocaram um dos piores pregões do mercado financeiro em anos. O resultado contrastou com o rali dos ativos de risco nas primeiras semanas de outubro, depois de Flávio sair na frente no primeiro turno das eleições.

Na avaliação de Marco Saravalle, estrategista-chefe da gestora Krivo Capital, faltou priorizar a gestão de risco. "Após o primeiro turno, muita gente ganhou dinheiro e sentiu que era possível fazer o resultado de um ano em um mês."

O fundo de ações da Krivo não passou ileso da queda, mas sofreu bem menos do que a média da indústria. Na sexta-feira anterior ao segundo turno, a gestora preferiu realizar algumas posições e entrou no fim de semana com 70% de caixa, uma decisão "voltada à preservação de capital", nas palavras de Saravalle. "Se a Bolsa tivesse disparado, uma parte do nosso fundo teria capturado essa alta. Mas consideramos justamente o cenário inverso: o que poderia dar errado?", diz.

O mercado teve um de seus piores pregões em anos após as eleições. Qual é a sua avaliação do movimento?

Tivemos resultados completamente diferentes dos apontados pelas pesquisas nos dois turnos, e o mercado tende a reprecificar as surpresas. Houve o que chamamos de re-rating, ou seja, uma reavaliação dos preços dos ativos, tanto no mercado de ações quanto na renda fixa. O mercado começa a considerar que o ciclo de cortes da Selic tenha chegado ao fim ou que, no máximo, possamos ter apenas mais um corte. Os investidores estão repensando suas estratégias. A Bolsa já se ajustou a esse novo risco, e o movimento de queda mais recente parece refletir esse rebalanceamento das carteiras.

Esse tende a ser o novo tom do mercado daqui para a frente, com uma alocação mais cautelosa?

A grande preocupação do mercado, e me incluo nisso, é a questão fiscal. Se tivermos alguma sinalização do Congresso e do governo de maior preocupação com o ritmo de expansão da dívida, poderemos voltar a ter um bom desempenho dos ativos, tanto na renda fixa quanto na renda variável. O mercado já está bastante ajustado a esse novo risco. Na Bolsa e até mesmo nos títulos públicos, começamos a ver descontos bastante expressivos, como tínhamos no período anterior às eleições. Hoje, qualquer sinalização mais positiva para a política fiscal poderia nos levar de volta a uma trajetória de valorização, embora seja importante lembrar que o cenário externo também é bastante desafiador.

Alguns fundos caíram 40%, um desempenho de um ano inteiro. Onde o mercado errou?

Talvez a emoção tenha vindo antes da razão. Na gestão de risco, precisamos priorizar a razão. É uma atividade muito mais racional e matemática do que emocional. Após o primeiro turno, muita gente ganhou muito dinheiro e sentiu que era possível, de fato, fazer o resultado de um ano em um mês. A forte valorização beneficiou muito as posições dos fundos, incluindo os multimercados, e talvez alguns gestores tenham atribuído peso excessivo ao fator emocional e não tenham priorizado a gestão de risco. Grande parte da indústria não desmontou nem reduziu essas posições e continuou comprada. As pesquisas indicavam que esse era o racional correto, talvez até o cenário mais provável, mas não era o único. Todo mundo quer ter retorno, mas precisamos considerar o risco que estamos correndo com aquele capital.

O sr. comentou que, passado o resultado eleitoral, voltou a olhar para oportunidades de compra. Como está ajustando a alocação?

Estamos fazendo alocações graduais, mas ainda

temos bastante caixa. Estou comprando bancos, utilities, empresas protegidas da **inflação**, com bons contratos e prazos longos, além de empresas de saneamento. Cada mandato é diferente, mas o nosso também permite comprar ETFs, e estamos fazendo isso, comprando Ibovespa de forma diversificada, sem assumir um risco específico.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Alíquota de referência: o raio-X da tributação sobre o consumo

O Tribunal de Contas da União (TCU) calculou a alíquota de referência da CBS para 2027 em 11,3% e a encaminhou ao Senado, gerando forte reação na imprensa e nas redes sociais. A crítica geral alega que o Brasil terá um dos maiores IVAS do mundo, superando o da Hungria. Mas o que esse percentual realmente representa?

As redes sociais operam pela lógica de mensagens diretas, mas temas complexos raramente comportam respostas simples. O discurso raso apenas aprofunda a incompreensão sobre temas importantes, como a alíquota de referência da CBS.

Às vezes, complicar é necessário, e o discurso raso das redes sociais só ajuda a aumentar a incompreensão.

O principal problema da tributação sobre o consumo é a sua regressividade, pois se incide pelo mesmo valor em face de pessoas com capacidades contributivas distintas. O segundo maior problema é a sua invisibilidade, pois são **tributos** embutidos nos preços. Quando o tributo sobe, o consumidor não sabe dizer se tem que pagar mais por conta disso ou da **inflação**. É por isso que os governos preferem aumentar esses **tributos**, em detrimento daqueles incidentes sobre o patrimônio.

A **reforma tributária** não buscou extinguir a regressividade em questão ou diminuir a carga tributária total, mas conferir transparência para permitir escolhas fiscais mais adequadas. Para isso, foi fixada uma regra de equivalência: os novos **tributos** (CBS, IBS e Imposto Seletivo) devem arrecadar o mesmo montante dos **tributos** extintos (ICMS, ISS, PIS/Cofins, IOF-Seguros e parte do IPI).

O instrumento para tal é a alíquota de referência, percentual a ser utilizado na CBS e no IBS para promover uma transição entre regimes sem aumento da carga tributária. No âmbito federal, representa o percentual da CBS necessário para neutralizar a substituição do PIS/Cofins, IOF-Seguros e parte do IPI, considerando ainda a arrecadação que se passará a ter com o Imposto Seletivo e com a outra parte do IPI. Essa alíquota vale já para 2027, quando já se dará a substituição integral dos **tributos** federais.

O TCU estava incumbido do cálculo dessa alíquota, que deveria promover uma equivalência entre (a) a receita estimada dos novos **tributos** (CBS, Imposto Seletivo e a parte do IPI que continuará a ser cobrada) para 2024 e 2025, dividida pelo **PIB** dos referidos anos e (b) a receita dos **tributos** substituídos (PIS/Cofins, IOF-Seguros e a parte do IPI a ser extinta) para 2012 a 2021, também dividida pelo **PIB** dos referidos anos. Esse cálculo foi aprovado em 28 de outubro, no patamar de 11,3% (exclusivamente para a CBS), o que está sendo pouco discutido, mas amplamente divulgado, criticado e atacado.

Portanto, os 11,3% expressam unicamente o patamar necessário para preservar a arrecadação federal, sem acréscimo nem redução.

Salvo eventuais erros metodológicos não apontados pelos críticos, não há elevação real de tributação.

Isso significa que passaremos a ter um dos maiores IVAs do mundo? Não, isso significa que já temos um dos maiores IVAs do mundo, que até então era composto por diversos **tributos** federais, estaduais e municipais, somados e sobrepostos, que já lideravam a tributação sobre o consumo no mundo.

Essa é a grande questão. Se a tributação sobre o consumo costuma ser invisível, ela é ainda mais invisível no Brasil, e por diversas razões, como fragmentação, cumulatividade, cálculo por dentro, regimes diversos de exceção etc.

Quando a alíquota efetiva do tributo se torna visível, o susto é grande, mas não era segredo para ninguém que a carga tributária brasileira sobre o consumo já era altíssima. É como abrir o resultado de um exame que já se sabia que daria alterado, por já se estar sofrendo os sintomas da doença, mas com um grande susto por ter descoberto a verdadeira gravidade da doença.

Alguns fatores explicam por que a nova alíquota parece elevada em relação às anteriores de PIS/Cofins: (a) o maior aproveitamento de créditos no novo sistema exige uma alíquota nominal mais alta para manter a arrecadação; (b) a extinção do cálculo "por dentro" aproxima a alíquota nominal da efetiva, que era maior; (c) os diversos benefícios fiscais mantidos na reforma reduzem a base de incidência e pressionam a taxa geral para cima.

Além disso, devem ser levados em consideração também os demais **tributos** federais incidentes sobre o consumo. De um lado, o novo Imposto Seletivo e a parte do IPI que continuará a ser cobrada; de outro, o velho IOF sobre seguros e a parte do IPI extinta. Como os primeiros são muito menores que estes últimos, haverá um déficit arrecadatório na substituição, a ser compensado com um acréscimo na CBS, o que também eleva a alíquota de referência.

Em resumo, a alíquota de referência é um raio-X da tributação brasileira sobre o consumo e não significa, considerando adequados os cálculos realizados, um aumento da carga tributária em relação ao sistema que está sendo substituído.

Isso não significa, contudo, que todos os setores continuam se submetendo à carga tributária a que estão acostumados. Ao mexer nas regras e manter a carga tributária corrente, o sistema tende a um equilíbrio entre os setores que hoje arcam com uma carga tributária maior (em especial a indústria) e aqueles que hoje se beneficiam das regras do sistema (em especial o setor de serviços).

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Sistema financeiro vai ficar mais sólido depois do caso Master, diz Renato Gomes

"O caso Master tem um elemento de polícia, que não é meu tema, mas tem uma série de aperfeiçoamentos que se seguiram" "Tudo que ameaça, mesmo que de longe, a autonomia do Banco Central é um horror"

O economista carioca Renato Gomes havia dedicado sua carreira ao mundo acadêmico quando foi indicado para a diretoria do Banco Central (BC), em 2021. De perfil discreto, assumiu no início do ano seguinte a Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução (Diorf), onde ficaria até o fim de 2025. Nesse posto, além de colaborar para questões regulatórias, acabou sendo um dos mais atuantes no caso do Banco Master. Ao longo do processo de análise da operação que uniria a instituição de Daniel Vorcaro ao Banco de Brasília (BRB), tornouse o maior opositor do negócio, o que fez dele alvo inclusive de uma campanha difamatória nas redes sociais e até em banners nas ruas de Brasília. Após cumprir sua quarentena, foi anunciado no mês passado como o novo presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que representa sobretudo as instituições de médio porte. Substituiu Leandro Vilain, que foi para o comando da Febraban.

Gomes concedeu ao Valor sua primeira entrevista desde que assumiu o cargo. Nela, fala dos desafios do setor, reforma do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e, como não poderia deixar de ser, da liquidação do Master e seus desdobramentos.

Valor:

Quais são suas prioridades à frente da ABBC?

Renato Gomes: A ABBC tem 118 instituições, é uma associação que tem um conjunto bem heterogêneo. A governança é tal que cada instituição tem um voto, então as coisas funcionam muito na base da unanimidade, do entendimento compartilhado. E a missão da associação é precisamente promover um sistema financeiro sólido e eficiente. Tem uma ênfase em competição bastante importante. A atividade da associação se divide em três dimensões. Uma dimensão é de representação perante reguladores, governo e sociedade. A segunda é uma aba de educação financeira para os participantes da indústria, uma provisão de bem público, além de financiamento de pesquisa sobre temas do sistema financeiro nacional, campanhas de combate a fraudes. E a terceira é de provisão de serviços. Temos uma unidade que faz compensação de boleto e de cheque, "hub" de duplicatas, rede tokenizada, centro de cibersegurança.

Valor:

A quebra do Master acelerou uma série de mudanças no Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que ainda não foram concluídas. Como a ABBC vê esse debate?

Gomes: Mudei de chapéu [saindo do BC e indo para a associação], mas na verdade a função objetiva dos dois é bem parecida. Acho que a ABBC está inclusive em uma posição bastante especial para ter esses debates sobre o FGC, porque é uma associação que tem muitas instituições médias e pequenas, e o FGC é essencial para garantir um custo de funding competitivo para essas instituições. O FGC tem dois papéis: de garantir a estabilidade financeira e de reduzir o custo de funding. Quando eu ainda estava no Banco Central, no ano passado, houve avanços na primeira dimensão de aperfeiçoamento do FGC, que era o tema das emissões. A resolução CMN 5.114 criou "lombadas" que têm a ver com exposição ao FGC e alavancagem com recurso garantido. Nós, inclusive, dobramos essas contribuições adicionais e, a partir de um certo limite, a instituição tem de colocar os recursos adicionais em título público. Isso em certo sentido visava a regular o crescimento do passivo. E neste ano, com a resolução 5.295, adicionou-se um outro elemento, de

fazer essa ligação entre ativo e passivo. Então, o conceito de ativo de referência, que já circulava há bastante tempo, finalmente foi refletido em norma. São medidas que disciplinam o sistema, são medidas duras, mas o fato é que a gigantesca maioria do sistema financeiro está gabaritando, perfeitamente adequada a esse tipo de exigência.

Valor: O que o senhor acha da consulta pública do BC sobre a remuneração das plataformas de investimento na distribuição de títulos bancários?

Gomes: É um assunto complexo, mas que traz uma série de elementos importantes. O tema da adequabilidade, que eles estão colocando de uma maneira muito central. O tema da transparência de risco, transparência de remuneração. O fato, por

exemplo, de não poder ter autopreferenciamento; de os emissores poderem ter acesso aos detentores dos seus títulos, também é um avanço pró-competitivo importante. Essa consulta vai ser muito positiva. A gente ainda vai levar para as comissões aqui da ABBC, para que a gente dê os melhores insumos para o regulador, mas eu vejo com bons olhos.

Valor: Alguns participantes do mercado acharam que o BC poderia ter sido mais incisivo, fazer as plataformas arcarem com parte dos custos em caso de quebra de bancos...

Gomes: Em parte ele fez isso. O fato de as comissões serem retidas e a parte ainda não paga ser revertida [para o FGC] é um elemento disciplinador. Esse tipo de medida tem de ser avaliada com muito equilíbrio, porque dependendo da responsabilização que você coloca na plataforma, isso pode ser refletido em comissão e isso pode ser refletido em prazo. Então, é preciso avaliar todos esses instrumentos com cuidado. E ainda vai ter uma terceira dimensão na reforma do FGC que é o tema do investidor. É difícil gerar

disciplina de mercado com o investidor de varejo, é um negócio não trivial. Mas é importante que nós realizemos esse debate de tal maneira que haja, vamos dizer assim, algum "skin in the game", algum disciplinamento do risco moral por parte do investidor. Tem muitos mecanismos que são aventados. Uma possibilidade é você equiparar o FGC ao uso de um seguro, em que o sujeito tem de pagar uma franquia. É preciso entender melhor como isso funcionaria e é importante que esse tipo de mecanismo preserve a confiança do sistema e gere incentivos para que haja mais disciplina do mercado no varejo.

Valor: Há discussões no Congresso para obrigar o FGC a socorrer bancos quebrados. Como o sr. vê esse tipo de iniciativa?

Gomes: O que conheço é um substitutivo ao PLP 281 [que dispõe sobre os regimes de resolução de instituições financeiras], que foi reprovado em um placar apertado. Ele dava ao Banco Central a faculdade de comandar ao FGC prover assistência de liquidez para uma dada instituição. Esse substitutivo foi derrotado e acho que isso é uma boa notícia. O PLP, no fundo, cria uma série de instrumentos novos e linhas de defesa para colocar o uso do recurso público em processo de resolução lá no fim da linha, e ela provavelmente nunca vai ser acionada. E, com o projeto, o Banco Central também tem poderes aumentados, vamos dizer assim, para regulamentar a governança do FGC. O substitutivo dava ao BC o poder de pular a governança e apertar um botão que deveria ser apertado pelo FGC. Acho que isso não é produtivo. Colocaria o BC em uma posição em que ele não quer estar, de ter de analisar a alternativa de menor custo. Imagina o nível de pressão política a que o Banco Central poderia ser exposto.

Valor: No BC, o sr. ficou anos lutando pela aprovação desse projeto de resolução bancária. Acha que há espaço para isso agora?

Gomes: O PLP cria planos de resolução e saída organizada. É a primeira linha de defesa. A segunda linha é uma série de ferramentas prudenciais que hoje em dia não podem ser facilmente apertadas. A terceira linha é o plano de estabilização, que é um instrumento que a gente não tem hoje em dia, que pode obrigar a instituição a vender parte, enfim, fazer uma gestão de funções críticas. Aí depois tem o "bail-in", que é um instrumento disseminado no mundo desde a

crise de 2008, muito importante para "queimar equity" quando o banco está descapitalizado. E depois tem um fundo de resolução para auxiliar a criação de um "good bank" e de um "bad bank" [com os ativos podres]. Temos conversado com o [deputado] Marcelo Queiroz, que é o relator e tem feito um ótimo trabalho. Estamos otimistas de que o PLP vai ser aprovado em breve. Seria um ganho enorme.

Valor: O sr. esteve diretamente envolvido na análise do caso Master dentro do BC. Como vê as críticas que foram feitas ao regulador?

Gomes: O caso Master tem um elemento de polícia, que não é meu tema, mas tem uma série de aperfeiçoamentos que se seguiram daí. Acho que ensejou uma série de coisas, de desenvolvimentos positivos. Essas reformas do FGC são um passo adiante. E é um processo contínuo, não termina. O caso Master também trouxe para a frente do palco o tema dos fundos, da regulação. É uma intersecção entre BC e CVM [Comissão de Valores Mobiliários]. Esse será um dos temas prioritários da minha gestão na ABBC.

Valor: Mas houve falha do BC? Gomes: Acho que o Banco Central acertou em muitas coisas. Acertou em impedir a venda do Master ao BRB, acertou na liquidação do Master e houve um aprendizado grande. Ensejou modificações no FGC, ensejou um debate sobre fundos, ensejou aperfeiçoamentos na governança do BC. Foi um evento custoso, mas o sistema financeiro vai ficar mais sólido depois disso.

Valor: Foi apenas custoso ou foi um evento traumático?

Gomes: Eu diria que foi traumático, sim.

Valor: Com esses aperfeiçoamentos, o risco de um

caso como esse voltar a acontecer não existe mais?

Gomes: É aquele negócio, a gente está sempre preparado para a última crise, a que já passou. Mas acho que não [vai se repetir]. Esses aperfeiçoamentos endereçam uma série de problemas que tocavam o Master, mas corrigem problemas muito mais gerais.

Valor: O sr. falou sobre a indústria de fundos. Qual é a sua preocupação com esse tema?

Gomes: Os FIDCs [fundos de investimento em direitos creditórios] têm crescido muito, o volume aumentou quase 35% em dois anos, já chega a R$ 1 trilhão, que são 10% do crédito no Brasil. As instituições financeiras não bancárias eram 3% do crédito em 2022 e hoje já estão nesses 10%. Tem algumas fontes de preocupação.

Valor: Mas como a ABBC vai atuar sobre esse tema dos fundos?

Gomes: Existe um ponto de que 10% dos FIDCs são o que chamamos de não padronizados, que têm como ativos precatórios ou pré-precatórios, ou operações de pessoa jurídica muito complexas. Esses instrumentos são opacos e na verdade os riscos que estão ali não são muito bem descritos. A indústria inteira vai ter de participar dessa discussão. Subdivido esse tema em três aspectos. O primeiro é a assimetria regulatória. Os FIDCs, na prática, seguem regras de provisão menos demandantes que as regras de provisão do setor bancário. Eles deveriam provisionar via perda esperada, mas existe muita latitude para fazer esse "valuation", precificar os ativos e marcar a mercado. Depois tem a assimetria informacional, que se materializa, por exemplo, no fato de que as administradoras e gestores não precisam informar o SCR [sistema de informações de crédito do BC] sobre o que tá acontecendo nos fundos. O terceiro ponto é que, utilizando um FIDC, você consegue meio que replicar um banco, com a cota sênior funcionando como depósito e a cota júnior como equity. Então é algo que merece regulação prudencial. Quase 25% do volume de ativos está em FIDCs abertos. Se você quer resgatar o seu dinheiro de um fundo aberto, o FIDC tem de vender ativos para te devolver o dinheiro. Isso poderia ensejar uma corrida. A ABBC tem um papel nesse debate por ter uma relação institucional com a CVM e o BC, pode trazer as visões da indústria bancária sobre isso, porque as intersecções entre a indústria de fundos, o mercado de capitais e o setor bancário são cada vez maiores.

Valor: Após alguns anos de incentivo à inovação, mais recentemente o BC passou a promover um aperto regulatório, elevando requerimentos de capital, colocando mais exigências para as fintechs. Esse movimento deve continuar?

Gomes: Antes da lei 12.865, de meios de pagamentos, lá em 2013, havia sempre muito debate sobre o sistema financeiro nacional ser muito concentrado. E isso mudou bastante. Hoje em dia não é mais o que se ouve. A preocupação passou a ser estabilidade, conduta, segurança. O presidente [Gabriel] Galípolo colocou estabilidade como central no plano quadrienal dele. Então, de fato o pêndulo está nessa direção. A gente teve a regulação de capital e isso acho bastante importante. Falando com franqueza, instituição que não tem capital não consegue fazer segurança direito, não consegue fazer "know your client" [conheça seu cliente], prevenção à lavagem de dinheiro, antifraude, não consegue fazer nada direito. Então é uma condição necessária. Ao aumentar capital você está melhorando a seleção do sistema. Esse é um processo contínuo, que não termina. A gente fala de pêndulo, de estabilidade versus competição, mas na verdade não tem conflito. Eu vejo mais como um movimento de aperfeiçoamento regulatório que vai tornar a competição claramente benigna.

Valor: O setor bancário vive um momento de bastante pressão sobre a inadimplência. Como vê o atual ciclo de crédito?

Gomes: O endividamento das famílias está batendo 50%. O comprometimento de renda está em 30%. O crédito está desacelerando, mas aqueles segmentos mais arriscados e mais caros desaceleram menos que o resto. É aquela corcova do ciclo de crédito do livro-texto mesmo. Quem está mais endividado é precisamente quem está mais exposto a linhas caras e emergenciais. Claramente tem um problema aí. Houve uma deterioração dos indicadores para baixa renda e boa parte vem do fato de que os juros estão altos e estão altos há muito tempo. Teve um outro tema importante que foram as bets.

Valor: O BC já indicou que pode adotar medidas macroprudenciais para tentar conter linhas mais arriscadas. Como avalia essa possibilidade?

Gomes: Isso é uma ferramenta delicada, porque quando você utiliza uma medida macroprudencial para corrigir um segmento específico, do tipo cartões, o que acontece é que você afeta o cálculo do RWA [ativos ponderados pelo risco] das instituições e isso tem externalidade para outras linhas. Não é um instrumento tão preciso quanto nós gostaríamos. Cartões, que são uma linha emergencial, são muito inelásticos em preço. Então, quando você aumenta o custo de capital para um segmento como esse, isso pode muito bem ser refletido em preço, mas não afetar a demanda, que é inelástica. Essa inelasticidade faz com que esse tipo de medida não seja tão eficaz

assim. E tem um componente pró-cíclico que é meio delicado.

Valor:

Como avalia a condução da política monetária?

Gomes: Quando eu estava no BC, em 2023 a gente começou uma distensão da política monetária que na época se imaginava que em 2025, 2026 a Selic ia estar em 7%, 8%. Ela está em 13,75%. Esse ciclo de distensão monetária foi frustrado. Obviamente que houve muitos choques no caminho, mas em grande parte porque o fiscal foi consistentemente expansionista. O mercado estava precificando uma mudança na política econômica. Com o resultado da eleição, houve um movimento forte de reprecificação. Essa expectativa de mudança na política econômica estava concentrada no fiscal. A dívida bruta está em 83% do **PIB** e, mais importante do que o número em si, é como ela cresce. Então, vai ser importante para o governo reeleito, de maneira crível, transmitir aos mercados um compromisso com o fiscal.

Valor: Estamos nos aproximando de um cenário de dominância fiscal?

Gomes: Eu não saberia dizer. Isso é um tema empírico, tem de ser visto com os dados. O que posso dizer é que o fiscal, indiretamente, tem a sua parcela de culpa nos índices elevados de endividamento. O efeito do fiscal no crescimento provavelmente, hoje em dia, é negativo. O multiplicador fiscal provavelmente é negativo. Porque a expansão fiscal tem deteriorado tanto as condições financeiras que provavelmente não ajuda no crescimento. Então, existem muitos elementos para se convencer de que o ajuste fiscal, para além de ajudar no combate à **inflação**, teria um tremendo impacto de barateamento de crédito. Sem o fiscal, você coloca o Banco Central em uma situação bastante difícil, porque ele fica atuando como a âncora da economia.

Valor: O que achou da proposta do André Lara Resende?

Gomes: Tudo que ameaça, mesmo que de longe, a autonomia do Banco Central é um horror. Nem vale a pena discutir.

Cresce expectativa de que Fed voltará a subir os juros

Cristiana Euclydes De São Paulo

"O Fed terá de voltar a elevar os juros, já que os riscos para a **inflação** seguem inclinados para cima" Alex Pelle

A criação de empregos mais forte do que o esperado em outubro, somada a outros indicadores favoráveis do mercado de trabalho, reforçou a percepção de resiliência da economia americana e as apostas de que o Federal Reserve (Fed) voltará a elevar os juros em dezembro. O mercado também vê novas altas no próximo ano, diante da persistência dos riscos inflacionários, enquanto comentários de autoridades do Fed contribuem para essa percepção.

A economia dos EUA criou 165 mil empregos em outubro, bem acima da expectativa de consenso, de 59 mil, e a taxa de desemprego caiu de 4,2% a 4,1%. Os dados de setembro foram revisados para cima, de 29 mil para 60 mil.

As apostas em uma alta de pelo menos 0,25 ponto percentual nos juros em dezembro subiram para cerca de 80%, segundo o CME FedWatch, após os dados de emprego. Na quinta-feira, a probabilidade havia recuado a 67%, em meio à forte queda das bolsas americanas, com o Nasdaq registrando sua maior perda diária em 19 meses.

O economista-sênior do banco Mizuho para os EUA, Alex Pelle, disse ao Valor que o Fed terá de voltar a elevar os juros, na medida em que os riscos para a **inflação** seguem inclinados para cima. "Há riscos de alta, especialmente em função da situação no Golfo e de possíveis choques de oferta", disse. Ele cita que, se esses problemas se intensificarem, poderão acrescentar novas pressões inflacionárias, mas o cenário já é preocupante.

Pelle afirma que os dados recentes corroboram a avaliação de que um novo ajuste será necessário, com a **inflação** a caminho de chegar a 4% até o fim do ano. O índice de preços de gastos com consumo (PCE), indicador de **inflação** preferido do Fed, acelerou de 3,4% em agosto para 3,6% em setembro em base anual, e segue bem acima da meta de 2%. Os dados do índice de preços ao consumidor (CPI) de outubro

serão divulgados nesta semana.

Já o relatório de emprego conhecido como "payroll" trouxe um sinal claro e abrangente de demanda aquecida, com queda no desemprego, aceleração na criação de vagas e aumento no ritmo de crescimento dos salários. "Mantemos a avaliação de que o Fed promoverá mais dois aumentos nas taxas de juros, com riscos ainda inclinados para um número maior de elevações e uma antecipação desse aperto monetário", disse Pelle.

A economista do Bank of America (BofA) Shruti Mishra e equipe afirmam, em nota, que o "payroll" deve atenuar algumas preocupações e abrir caminho para um aumento de juros em dezembro. "Dito isso, a **inflação** continua sendo o fator mais relevante", afirmam. Argumentos

em prol de uma política monetária mais "dovish", baseados em uma persistente fraqueza no mercado de trabalho, tornaramse menos convincentes após os indicadores de outubro.

A economista Andressa Durão, do ASA, afirma que o "payroll" surpreendeu muito positivamente em outubro e reduziu possíveis preocupações com uma deterioração do mercado de trabalho,

depois da fraqueza do dado de setembro. As revisões altistas de agosto e setembro somaram 84 mil postos e levaram a média móvel trimestral para 137 mil.

Segundo Durão, a taxa de subemprego U-6, que inclui trabalhadores que desistiram de procurar emprego (desalentados) e aqueles que trabalham em tempo parcial de forma involuntária, subiu de 7,6% para 7,9% e traz uma ressalva, mas o conjunto de contratações, revisões positivas e queda do desemprego reforça a leitura de resiliência.

"Para o Fed, os dados oferecem espaço para manter o foco na **inflação** e entregar nova alta da taxa de juros em dezembro", diz. Durão destaca ainda que antes da próxima decisão do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), em dezembro, ainda haverá mais

uma rodada de divulgações de dados do mercado de trabalho. O ASA vê mais uma alta em 2027.

O Fed manteve os juros na faixa de 3,75% a 4% ao ano em outubro, após realizar em setembro a primeira elevação desde 2023, afirmando que o "acúmulo de mais informações" permitiria determinar o nível mais adequado para a política monetária.

A entrevista coletiva do presidente do Fed, Kevin Warsh, não esclareceu suficientemente os motivos da pausa neste momento, afirma Pelle. Segundo o economista, a reunião de outubro costuma ter impacto limitado sobre a trajetória dos juros por ocorrer pouco tempo após o encontro anterior, e deve ser a reunião dedicada à estratégia para o ano seguinte. Além disso, o Fed raramente eleva juros antes das eleições de meio de mandato ("midterms"), embora esse não tenha sido o fator determinante.

O BofA revisou sua projeção para os juros um dia após a decisão do Fed de outubro, e passou a ver uma alta em dezembro e outra em março de 2027, ao avaliar que o **comunicado** do banco central sugeriu uma intenção de promover um aperto de forma gradual. A previsão anterior era de duas altas consecutivas. O banco vê a taxa no fim do ciclo na faixa de 4,25% a 4,5%, permanecendo nesse patamar em 2027. O banco avalia que o principal risco é que o Fed fique "atrás da curva" e precise elevar os juros em mais 0,25 ponto a 0,50 ponto em 2027. Por outro lado, uma desaceleração mais forte da **inflação** pode levar o banco central a encerrar o ciclo após apenas mais uma alta, em dezembro de 2026.

Desde a reunião de outubro, diversos formuladores de políticas públicas destacaram a necessidade de novos aumentos nas taxas, defendendo, contudo, uma abordagem gradual. O presidente do Fed de Nova York, John Williams, disse na sexta-feira que a **inflação** está "absolutamente alta demais", embora as expectativas permaneçam bem ancoradas, e que este é o momento de coletar informações sobre os riscos para os preços. A presidente do Fed de San Francisco, Mary Daly, disse ter expectativa de que "teremos de apertar ainda mais a política monetária", embora o momento exato e a magnitude ainda precisem ser definidos.

Já a presidente do Fed de Cleveland, Beth Hammack, que votou por uma alta de juros já em outubro, afirmou na quinta-feira que a política monetária precisa adotar uma postura restritiva para trazer a **inflação** de volta à meta de 2% em um prazo adequado, e que prefere realizar "ajustes menores e mais frequentes, sempre que possível." O presidente da distrital de Richmond, Thomas Barkin, também prevê novos aumentos dos juros pelo Fed. "O caminho a seguir é bastante claro. A questão, naturalmente, é o ritmo", disse.

Desembolso de crédito rural cai o 26% no 1 quadrimestre da safra

Rafael Walendorff

Em meio à alta da inadimplência, empréstimos para todas as modalidades somaram R$ 107,6 bilhões no ciclo 2026/27

O desembolso de crédito rural pelas linhas tradicionais do Plano Safra recuou 25,7% entre julho e outubro deste ano na comparação com o mesmo período de 2025. Nos quatro primeiros meses da temporada 2026/27, foram liberados R$ 107,6 bilhões - um ano antes, na safra 2025/26, o montante concedido havia alcançado R$ 144,9 bilhões.

Houve quedas em todas as modalidades de financiamentos e em portes de público (ver gráfico). O recuo é mais acentuado entre os grandes produtores, cujo acesso aos financiamentos saiu de R$ 82 bilhões entre julho e outubro de 2025 para R$ 56 bilhões no mesmo período deste ano. Nos médios, a concessão de crédito foi 31,5% menor nos quatro meses, para R$ 22,3 bilhões. Na agricultura familiar, houve retração de 3%, para R$ 29,1 bilhões.

Os dados foram extraídos do sistema do Banco Central em 6 de novembro e compilados pela reportagem. As informações são parciais e podem mudar de acordo com a data da consulta.

A diminuição no ritmo de contratação de crédito é influenciada pelo alto nível de inadimplência e endividamento no campo, principalmente entre os grandes produtores, e pela postura mais restritiva das instituições financeiras.

Em setembro, o saldo "problemático" do crédito rural medido pelo Banco Central, que soma operações inadimplentes, em atraso, renegociadas e prorrogadas, ficou em R$ 204,3 bilhões, quase 23% da carteira total de R$ 889,1 bilhões no sistema financeiro.

Contribui para esse cenário a manutenção dos juros em patamar elevado, o que influencia a decisão do setor de postergar investimentos, por exemplo. O acesso a esses financiamentos caiu 27,8% em relação aos quatro meses iniciais da safra passada.

A situação preocupa o setor agropecuário. Um dos motivos é que a retração ocorre sobre uma base de contratação que já foi menor no ciclo 2025/26 do que na safra 2024/25. Na temporada passada, o acesso ao crédito via Cédulas de Produto Rural (CPRs) compensou parte do recuo, mas neste ano essa modalidade também registra queda.

Além disso, estão contabilizados nos R$ 107,6 bilhões concedidos de julho até agora os recursos destinados à renegociação de dívidas por meio das regras da Medida Provisória 1.376/2026, de quase R$ 20 bilhões até a semana passada. Ou seja, há ainda menos "crédito novo" para o setor.

Há ainda redução de contratos firmados. Nos quatro primeiros meses da safra passada eram 961,5 mil. Agora, 771,6 mil. A avaliação no mercado é que existe menos dinheiro para um número menor de produtores.

Em nota técnica, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) afirma que o ritmo mais lento de acesso aos financiamentos nos primeiros meses da temporada são um "termômetro" da disponibilidade de crédito para o plantio e ressalta que há "ameaças" para a safra 2026/27, mesmo com as projeções de recorde de colheita feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O recorte da Farsul é para o primeiro trimestre da safra, entre julho e setembro. Em 2026, a contratação foi de R$ 87,7 bilhões. O valor é 22,65% menor que o desembolso do mesmo período de 2025.

"É a terceira queda consecutiva, e o volume já está abaixo do registrado em 2021, em valores nominais. Como os números não descontam a **inflação**, a retração real é ainda maior", disse a entidade. "Com a Selic em 13,75% ao ano, o custo do dinheiro segue alto e ajuda a explicar a fuga dos recursos que não têm taxa controlada".

Site: https://valor.globo.com/impresso

Equilíbrio fiscal vai nortear apoio do PSD a Lula 4, diz Kassab

Murillo Camarotto e Ruan Amorim

Dirigente reafirma compromisso com gestão Tarcísio em SP, defende voto distrital misto e que emendas sejam vinculadas ao Executivo

Da página A1 O compromisso com o equilíbrio das contas públicas será o principal balizador da relação entre o PSD e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em seu quarto mandato. Quem afirma é o presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, que vislumbra manter a participação de seus correligionários na administração federal. Apesar disso, Kassab prefere não se comprometer com o número de votos que entregará no Congresso, cobrado pelo Palácio do Planalto na relação com aliados de centro. O PSD terá 43 deputados federais e quatro senadores a partir de fevereiro de 2027.

"O importante é a relação do partido, a aproximação. E isso tem uma vinculação muito forte com a política econômica e, evidentemente, com o equilíbrio fiscal", diz Kassab ao Valor. O dirigente do PSD reitera a legitimidade do presidente eleito de entregar os programas sociais compromissados em campanha, desde que acompanhados de cortes na máquina. "O importante é que, investindo nesses programas, fique claro que deve haver uma redução de custos, uma reforma administrativa", completa.

A defesa de cortes nos gastos também alcança o Congresso. Kassab classifica como "inaceitável" o modelo das emendas parlamentares e propõe que todos esses recursos sejam vinculados aos programas do Executivo. A seu ver, os R$ 60 bilhões que serão destinados pelos parlamentares no ano que vem precisam estar associados ao projeto aprovado nas urnas. Ele aposta no entendimento político para alterar as regras e diz acreditar que, com o tempo, prevalecerá o "bom senso" dos congressistas.

Entusiasta do voto distrital misto, Kassab considera que a proposta que voltou aos corredores do Congresso está madura para votação e vê nela um caminho para aproximar os deputados de seus eleitores e facilitar a fiscalização dos mandatos.

Embora deixe para as bancadas a decisão sobre as mesas do Congresso, o presidente do PSD informa que os deputados da legenda já encaminharam apoio à recondução de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara. Os senadores, segundo ele, devem definir uma posição nos próximos dias. A perspectiva de continuar no governo Lula convive com a manutenção da aliança com Tarcísio de Freitas (Republicanos) no governo de São Paulo. "O PSD foi o primeiro partido a dar apoio ao governador", lembra. "É evidente que estará junto."

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Na sua avaliação, qual foi o grande aprendizado das eleições de 2026, marcadas pelo contraste entre primeiro e segundo turnos?

Gilberto Kassab: O segundo turno serve para dar mais visibilidade aos candidatos. Praticamente todos os eleitores sabem quem é Lula. Já um universo muito grande, mesmo entre os que votaram em Flávio [Bolsonaro] no primeiro turno, não o conhecia bem. É natural para quem disputa uma eleição desse porte pela primeira vez. Quando ele se apresentou, parte dos eleitores começou a não gostar dele ou da sua postura. A afirmação de que mudaria a Constituição, sem explicar por quê, a referência aos nove dedos [de Lula] no debate e as críticas de Eduardo Bolsonaro à diplomacia assustaram. A vantagem de 2,3 milhões de votos no primeiro turno para ele virou uma diferença de 4 milhões e pouco a favor de Lula.

Valor: Viu açodamento dos partidos de centro que apoiaram Flávio rapidamente no segundo turno, depois de não fazê-lo no primeiro?

Kassab: Seria indelicado fazer essa afirmação. Acho que foram por convicção, por entenderem que Flávio era o melhor para o país. Muitos já tinham uma identidade grande com o bolsonarismo. Se algum foi por oportunismo, aí houve açodamento, mas não faria essa generalização.

Valor: Mas não o apoiaram no primeiro turno porque a perspectiva era de que ele tivesse poucas chances de vitória.

Kassab: Isso se você identificar partidos que se posicionaram por oportunismo. Vamos considerar que muitos fizeram isso por convicção, entendendo que era o melhor caminho.

Valor: A mobilização no segundo turno foi um fator novo e decisivo para o resultado?

Kassab: Mobilização é o principal instrumento de uma campanha. A diferença foi que, até então, apenas a direita se valia da comunicação digital. Agora, a campanha de Lula também fez uma comunicação muito eficiente. A direita tinha [o deputado] Nikolas Ferreira como principal protagonista dessa estratégia. Agora não é mais exclusividade dela. Acho que será uma prática de todos os candidatos, no mundo inteiro. Veio para ficar.

Valor: Como avalia o desempenho do PSD nas urnas?

Kassab: Qualquer partido gostaria de ter ido melhor, mas o desempenho foi muito bom. Nas eleições municipais, ficamos em segundo em número de vereadores eleitos e em primeiro em votos para vereador. Fomos o partido que mais elegeu prefeitos e o mais votado para prefeito. Agora acrescentamos um deputado federal e aumentamos a votação para a Câmara. Também crescemos em votos e eleitos para deputado estadual, ficando em segundo ou terceiro nessas avaliações. Diante do crescimento expressivo da direita, o PSD foi o partido de centro que mais cresceu; aliás, o único que não caiu.

Valor: O candidato do PSD a presidente, Ronaldo Caiado, teve somente 2% dos votos. Acredita que outro nome poderia ter tido um desempenho melhor?

Kassab: Faríamos tudo novamente. A prioridade era mostrar nossa identidade e que não estávamos atrelados nem à direita radical nem à esquerda. Isso foi cumprido. Caiado é um dos gestores mais preparados e um dos governadores mais bem avaliados do Brasil. Seria um grande presidente. Na campanha, mostrou suas políticas públicas, sua integridade e o legado que deixou como governador, senador e deputado federal.

Valor: Mas o partido não acompanhou o apoio dele a Flávio no segundo turno.

Kassab: Na medida em que liberou seus integrantes, o partido acompanhou todos. Todos tiveram nosso total respeito e estavam liberados.

Valor: O governo considera a mobilização digital da campanha como um ativo novo para a governabilidade no quarto mandato de Lula. Como vê isso?

Kassab: A comunicação é tão importante no governo quanto na campanha. Então, o PT, que venceu as eleições, portanto está no governo, entende hoje que não pode prescindir da comunicação digital, e ela traz mais facilidade para a mobilização. É evidente que é um instrumento importante que o governo vai usar, até porque o partido e a campanha descobriram a eficiência da comunicação digital.

Valor: Lula tem sinalizado que busca mais fidelidade dos partidos de centro que vierem a integrar o governo. É possível entregar mais votos do que no terceiro mandato?

Kassab: Eu não sei dos outros partidos, vou falar o que eu penso. Eu acho que o principal na relação de um partido com o governo é a identidade com os programas, com os objetivos, com as prioridades, com a sua política econômica. Eu acho que isso vai nortear a aproximação mais intensa ou menos intensa do partido político. O resto, a participação parlamentar, é decorrência do desenvolvimento.

Valor: Como essa questão do ajuste fiscal entra nessa equação?

Kassab: Todos sabem que o PSD teve diversos quadros apoiando o Lula e sem nenhuma crise interna do partido. As pessoas estavam liberadas, até porque já participavam do governo por conta do apoio que deram quatro anos atrás. E a nossa prioridade nessa relação com o governo será, inquestionavelmente, o posicionamento do governo em relação às questões econômicas.

Valor: Então é possível dizer que a fidelidade do PSD no Congresso dependerá da pauta econômica?

Kassab: Não é a questão de votos, é a relação. Questão de votos é algo menor, menos importante. O importante é a relação do partido, a aproximação. E isso tem uma vinculação muito forte com a política econômica e, evidentemente, com o equilíbrio fiscal. E, quando a gente fala equilíbrio fiscal, nós entendemos e damos razão ao presidente, que ganhou assumindo um compromisso com a nação de novos programas no campo social. Então é mais do que compreensível que ele vá executar esses programas, e a gente entende isso. O importante é que, investindo nesses programas, fique claro que deve haver uma redução de custos, uma reforma administrativa. E há uma série de medidas que podem ser realizadas para gerar esse resultado que toda a nação brasileira, mas principalmente o investidor, que quer segurança para investir. O capital não vai ficar se não tiver segurança. É essa segurança, que é traduzida no equilíbrio fiscal, que o PSD entende como prioridade da nossa relação com o governo.

Valor: Além da reforma administrativa, que outras medidas considera importantes?

Kassab: Combate profundo à corrupção, promoção de

mais transparência na administração pública, fim de privilégios, fim de subsídios inaceitáveis - porque alguns são compreensíveis -, combate aos penduricalhos e, evidentemente, a reforma administrativa, que pode diminuir o Estado naquilo que ele possa ser diminuído. Tudo isso pode gerar um volume de recursos extraordinário, que permitirá manter os

programas sociais, acrescentar os que o presidente assumiu na campanha e investir na infraestrutura do país.

Valor: Já começaram as conversas sobre a participação do PSD no próximo mandato de Lula?

Kassab: A situação do PSD é um pouco diferente. O PSD tem seus quadros já no governo. Aliás, fazem um excelente trabalho. Quero ressaltar aqui o papel do Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, do [ex-ministro] Carlos Fávaro, na Agricultura, do André de Paula, na Pesca. Eles fizeram um trabalho reconhecido por todos como de excelência. Então, é um partido que entendeu e compreendeu a participação no governo desses quadros, e não será diferente daqui para a frente. Mas quem indica, quem compõe, na visão do PSD, é o presidente.

Valor: O partido defende que Alexandre Silveira e André de Paula continuem nas pastas?

Kassab: Quem indica é o presidente. Vou dar como exemplo aqui o Alexandre Silveira. Fez um bom trabalho, estabeleceu uma relação pessoal muito boa com o presidente. É evidente que, se o presidente entender que ele deve continuar, o partido se sente muito prestigiado.

Valor: Houve queixas no governo sobre a falta de apoio de Silveira na eleição em Minas. Isso pode dificultar sua permanência?

Kassab: Eu acho que não teve essa queixa, não. Talvez sejam as pessoas mal informadas, porque nós tivemos diversos Estados em que o partido não caminhou com o PT, começando por São Paulo também.

Valor: O PSD continuará na base de Tarcísio de Freitas em São Paulo?

Kassab: O PSD foi o primeiro partido a apoiar Tarcísio quatro anos atrás e caminhou com ele nessas eleições. É evidente que estará junto com o governador.

Valor: Como vê os nomes que estão sendo mencionados para o Ministério da Fazenda?

Kassab: Nós estamos mais preocupados com a política pública, não com os nomes. Nós temos que ter realmente à frente do ministério alguém que dê suporte aos projetos do presidente. Ele ganhou dizendo que ia fazer os programas sociais. Então, a gente tem que admitir que ele tem legitimidade para fazer isso.

Valor: O senhor vê risco de o governo adotar uma postura populista diante da expansão dos programas sociais e da necessidade de ajuste fiscal?

Kassab: Acho que o populismo sempre está associado à vontade eleitoral, de visibilidade, de resultados visando à conquista de

poder, deixando de privilegiar boas políticas públicas. Não acredito. Acho que em 2030 o que vai prevalecer na eleição, eu espero, é que o presidente tenha um país estruturado, estabilizado, e que possa ser uma eleição em que, seja esquerda, centro-esquerda, direita, centro-direita, vença um bom candidato.

Valor: O senhor defende mudanças nas emendas parlamentares. É possível que o Congresso abra mão desses recursos?

Kassab: Não tenho constrangimento em criticar as emendas. O modelo atual é inaceitável: são R$ 60 bilhões sem vinculação a um programa do governo federal. Quem ganha a eleição tem um programa para o país, e o Orçamento deve estar associado a ele. Não sou contra as emendas, mas o modelo está errado.

Valor: Defende que 100% das emendas estejam vinculadas a programas do Executivo?

Kassab:

Valor: Mas acha realmente possível que isso avance?

Kassab: Com o tempo, acho que prevalecerá o bom senso dos parlamentares. Essa mudança é fundamental. Diante da escassez de recursos, R$ 60 bilhões fazem muita diferença.

Valor: Essa mudança nas regras pode vir por intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) ou por entendimento político?

Kassab: Acho que é no campo político.

Valor: O Congresso voltou a discutir uma **reforma política**, especialmente o voto distrital misto. Qual a sua avaliação?

Kassab: O projeto do distrital misto foi apresentado por

José Serra há mais de dez anos e tem nosso apoio. Existe um distanciamento crescente entre o eleitor e seu representante. A maioria dos brasileiros não conhece seu deputado federal, que muitas vezes nunca esteve na sua cidade. O projeto aproxima os dois, permite

Defendo.

um voto mais consciente e facilita a fiscalização do mandato. Valor: Há chance de aprovação? Kassab: Realmente acho que está maduro para votar e espero que seja aprovado. É um bom projeto e não seria implantado no curto prazo. Mudanças eleitorais costumam ser aprovadas para vigorar anos depois. Não vejo razão para os deputados deixarem de examinar essa possibilidade com profundidade.

Valor: Qual a posição do PSD nas eleições das mesas do Congresso?

Kassab: Na Câmara, já existe um encaminhamento do nosso líder Antônio Brito (BA), com a bancada, em favor da recondução do presidente Hugo Motta. Valor: E no Senado?

Kassab: Está em discussão. A futura bancada muda bastante. Há as candidaturas de Rogério Marinho (PL-RN), Tereza Cristina (PP-MS) e Davi Alcolumbre (União-AP). O PSD deve ter uma posição nos próximos dias.

Valor: Independentemente da posição do PSD, qual é seu prognóstico para as disputas?

Kassab: Na Câmara, Hugo está bastante avançado. Davi também tem talento político e vontade de continuar. Não digo que quem está no cargo é favorecido, mas os fatos e a posição contribuem.

Valor: Como está a discussão sobre a validação dos votos de Anthony Garotinho e a possibilidade de segundo turno no Rio de Janeiro?

Kassab: Eduardo Paes teve uma postura de estadista: respeitou o resultado e o processo, esperou o segundo turno acabar e agora recorre, dentro das regras, junto com o partido. É diferente de Flávio Bolsonaro, que perdeu e foi trabalhar para cancelar as eleições, com manifestações inadequadas no dia da votação e na carta que divulgou depois. Entendemos que precisa haver segundo turno no Rio. Garotinho não renunciou dentro do prazo, seu nome estava na urna e as pessoas votaram nele. A renúncia foi um ato político. Como cassar o voto dessas pessoas? A validação desses votos levará ao segundo turno. Acho correto que aconteça e acredito na vitória de Paes.

Valor: Como explicar a votação expressiva de Douglas Ruas (PL) na reta final das eleições?

Kassab: Olha, não sei. Realmente fiquei, assim, não digo perplexo, mas não imaginava esse resultado, porque realmente o Rio de Janeiro precisa mudar. E o candidato Ruas não é mudança, ele é a continuidade.

Valor: Há prazo para decisão sobre um eventual segundo turno?

Kassab: Não tenho conhecimento jurídico suficiente para falar dos prazos.

Site: https://valor.globo.com/impresso